



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO  
CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

FERNANDA DA CONCEIÇÃO SOARES  
THAIANE REIS CARVALHO

**AGROECOLOGIA NA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA:** uma pesquisa sobre a atuação da  
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) - Regional Tocantins

ABAETETUBA - PA  
2025

FERNANDA DA CONCEIÇÃO SOARES  
THAIANE REIS CARVALHO

**AGROECOLOGIA NA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA:** uma pesquisa sobre a atuação da  
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) - Regional Tocantins

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito obrigatório para a obtenção do grau de  
Tecnóloga em Agroecologia, pela Universidade Federal  
do Pará - Campus de Abaetetuba.

Orientadora: Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro.

ABAETETUBA - PA  
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da  
Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S676a Soares, Fernanda da Conceição.  
AGROECOLOGIA NA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA: :  
uma pesquisa sobre a atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão  
Rural do estado do Pará (Emater) - Regional Tocantins / Fernanda da  
Conceição Soares, Thaiane Reis Carvalho. — 2025.  
95 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Roberta Rowsy Amorim de Castro Trabalho de  
Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do  
Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Tecnologia em Agroecologia,  
Abaetetuba, 2025.

1. Agroecologia. 2. Extensão Rural. 3. Agricultura Familiar. 4.  
Políticas Públicas. I. Carvalho, Thaiane Reis. II. Título.

CDD 630.275

---

FERNANDA DA CONCEIÇÃO SOARES  
THAIANE REIS CARVALHO

**AGROECOLOGIA NA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA:** uma pesquisa sobre a atuação  
da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) -  
Regional Tocantins

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito obrigatório para a obtenção do grau de  
Tecnóloga em Agroecologia, pela Universidade Federal  
do Pará - Campus de Abaetetuba.

Data de aprovação: 11/09/2025

Conceito: Excelente

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora

Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro - UFPA - Campus de Abaetetuba

---

Examinador Interno

Dr. Ricardo Eduardo de Freitas Maia - UFPA - Campus de Abaetetuba

---

Examinadora Externa

Dra. Amália Gabriela Rocha Aguiar – UFPA - INEAF

---

Examinador Externo

Dr. José Maria Cardoso Sacramento – UFPA – Conceição do Araguaia

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, expressamos nossa sincera gratidão a Deus, cuja força, sabedoria e proteção foram fundamentais ao longo de nossa trajetória acadêmica. Sem sua orientação e bênçãos, este momento não teria sido alcançado.

Agradecemos de coração aos nossos familiares, pelo apoio incondicional, amor constante e dedicação incansável. Sua crença em nós, sua presença nos momentos de dificuldade e seu papel como nossa base motivacional foram indispensáveis.

As nossas amigas, especialmente Alessandra, Ályna, Eliza e Maria Ercília, também merecem nosso reconhecimento. Vocês foram essenciais, oferecendo parceria, incentivo e apoio emocional, que nos ajudaram a manter a coragem e a perseverança nesta jornada.

À nossa orientadora, Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro, por sua paciência, orientação e empenho cruciais para que realizássemos este trabalho com qualidade e excelência. Somos gratas por sua confiança e por sempre acreditar em nosso potencial.

Como bem disse Ana Primavesi: “A sabedoria popular é o conhecimento acumulado das gerações que viveram em equilíbrio com a natureza”. Que possamos sempre nos inspirar no exemplo de equilíbrio e harmonia que ela nos proporciona, tanto em nossas vidas pessoais quanto profissionais.

Por fim, agradecemos a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a realização deste trabalho. A colaboração de cada um de vocês foi imensamente valiosa.

“Como um eco na floresta os dias vão voltar, sim a vida continua” - Life goes on – BTS.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar como a Agroecologia é compreendida e aplicada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-PA), na região do Tocantins, com base na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) tanto sob a perspectiva institucional quanto da atuação dos profissionais da extensão rural. A pesquisa parte do reconhecimento crescente da Agroecologia como uma abordagem capaz de promover o desenvolvimento sustentável no campo e busca compreender como o conceito é interpretado e colocado em prática no contexto das ações extensionistas. A metodologia adotada é de caráter bibliográfico, documental, qualitativo e entrevistas semiestruturadas com 6 (seis) extensionistas que atuam nos escritórios locais dos municípios de Acará, Abaetetuba, Cametá e Limoeiro do Ajuru. Os resultados evidenciam uma diversidade de interpretações sobre agroecologia entre os(as) extensionistas interlocutores(as) da pesquisa, enquanto alguns mantêm uma visão mais técnica e tradicional da agricultura, outros incorporam aspectos ligados à sustentabilidade, à valorização dos saberes locais e à articulação entre conhecimento científico e práticas tradicionais. Os extensionistas conhecem a política da Pnater, mas ela é pouco utilizada visto que a agroecologia, é a base da Pnater, não é muito abordada nas ações e serviços de Ater destinados ao público-alvo. Apesar de certo avanço na disseminação institucional do conceito de agroecologia, ainda há dificuldades, na Ater prestada, para adoção de orientações e para a implementação plena de práticas agroecológicas pelos públicos atendidos, especialmente devido à escassez de recursos financeiros, quadro funcional composto por pessoas com cursos de ciências agrárias clássicos e limitações institucionais como o transporte dos extensionistas para serviços de Ater em campo. Conclui-se que, mesmo com os progressos, a compreensão e a aplicação da agroecologia na atuação extensionista da Emater – PA, Regional Tocantins, ainda precisam ser melhoradas. Para isso é especialmente importante fortalecer a formação contínua dos profissionais que trabalham na Ater e alinhar de maneira mais clara as ações da Emater-PA com as políticas públicas de agroecologia. É fundamental investir em treinamentos específicos, fortalecer o apoio das instituições públicas, de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil e aumentar as parcerias que ajudem na divulgação de conhecimentos sobre agroecologia. Dessa forma, seria viável oferecer um suporte técnico que realmente ajude na mudança dos métodos de produção tradicionais para práticas mais sustentáveis, apoiando a agricultura familiar, garantindo a segurança alimentar e protegendo o meio ambiente na região do Baixo Tocantins, sendo a contratação, pela empresa, de profissionais formados em agroecologia um passo importante nesse processo.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Pnater; Desenvolvimento Rural

## ABSTRACT

This study aims to analyze how Agroecology is understood and applied by the Technical Assistance and Rural Extension Company of the State of Pará (Emater-PA) in the Tocantins region, based on the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (Pnater), considering both the institutional perspective and the performance of rural extension professionals. The research stems from the growing recognition of Agroecology as an approach capable of promoting sustainable development in rural areas and seeks to understand how this concept is interpreted and implemented within extension activities. The methodology adopted is bibliographic, documentary, and qualitative, including semi-structured interviews with six extensionists working in the local offices of the municipalities of Acará, Abaetetuba, Cametá, and Limoeiro do Ajuru. The results reveal a diversity of interpretations regarding Agroecology among the professionals interviewed: while some maintain a more technical and traditional view of agriculture, others incorporate aspects related to sustainability, the appreciation of local knowledge, and the articulation between scientific knowledge and traditional practices. Although the extensionists are familiar with the Pnater policy, it is not widely applied, as Agroecology—its central foundation—is seldom addressed in the actions and services provided. Despite some institutional progress in disseminating the concept of Agroecology, challenges remain in effectively adopting and implementing agroecological practices due to limited financial resources, a workforce primarily trained in traditional agrarian sciences, and institutional constraints such as difficulties in field transportation. It is concluded that, although there have been advances, the understanding and application of Agroecology in Emater-PA's extension work in the Tocantins region still need improvement. Strengthening the continuous training of extension professionals and aligning Emater-PA's actions more clearly with public Agroecology policies are essential steps. Investing in specific training, enhancing support from public institutions, educational and research organizations, and civil society, as well as expanding partnerships for knowledge dissemination, can provide effective technical support for transitioning from conventional production methods to more sustainable practices. Hiring professionals trained in Agroecology is also a crucial measure to support family farming, ensure food security, and protect the environment in the Lower Tocantins region.

**Keywords:** Family farming; Public policy; Pnater; Rural development.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Municípios que compõem a área de abrangência e atuação da Emater-PA Regional Tocantins	13
Figura 2 - Fachada do Escritório Local da EMATER em Abaetetuba (A) e fachada da EMATER- PA Regional Tocantins, sediadas em Abaetetuba (B)	20
Figura 3 - Linha do tempo da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil	26
Figura 4 - Fluxograma do funcionamento do Sistema Brasileiro Descentralizado de Ater (Sibrater).	29
Figura 5 - Gráfico do tempo de atuação e idades dos(as) extensionistas, interlocutores(as) da pesquisa, que atuam na EMATER–PA Regional Tocantins	39

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Breve caracterização dos municípios assistidos pela Emater - PA Regional Tocantins.	14
Quadro 2 - Municípios de atuação, públicos-alvo e características das atividades desenvolvidas pela Emater - PA Regional Tocantins	15
Quadro 3 - Princípios e Objetivos da Pnater estabelecidos pela Resolução nº7 do Consea (2003)	27
Quadro 4 - Extensionistas entrevistados(as) dos escritórios locais da Emater-PA Regional Tocantins	38
Quadro 5 – Treinamento, Curso ou Capacitação realizada no ato de entrada na Emater-PA Regional Tocantins	42
Quadro 6 - Formação dos(as) extensionistas interlocutores(as) da pesquisa	43
Quadro 7 - Atividades realizadas pelos interlocutores(as) da pesquisa na Emater-PA Regional Tocantins	45
Quadro 8 - Principais projetos em andamento, seus objetivos e alinhamento com a Agroecologia nos municípios (recorte da pesquisa) de abrangência da Emater Regional Tocantins.	58

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Quantidade de recursos destinados, entre 2010 e 2014, para ações da Pnater, e número de famílias beneficiadas no referido período 32

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABA** - Associação Brasileira de Agroecologia
- ACAR** - Associação de Crédito e Assistência Rural
- ACAR-MG** - Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
- ACAR-PA** - Associação de Crédito e Assistência Rural do Pará
- ACAR-PR** - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
- ACAR-RO** - Associação de Crédito e Assistência Rural do Território Federal de Rondônia
- ANA** - Articulação Nacional de Agroecologia
- APACC** - Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
- ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural
- BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAF** - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
- CAR** - Cadastro Ambiental Rural
- CEDRS** - Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CLT** - Consolidação das Leis de Trabalho
- CMDRS** - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONDRAF** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
- CONEP** - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
- CONSEA** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- DATER** - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
- DRP** - Diagnóstico Rural Participativo
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMATER-CE** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
- EMATER-GO** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás
- EMATER-MG** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
- EMATER-PA** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
- EMATER-PR** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná
- EMATER-RO** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
- EMATER-RS** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social do Rio Grande do Sul
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER** - Empresa Brasileira de Extensão Rural

**FAO** - *Food and Agriculture Organization* (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)

**FASE** - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**MAPA** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social

**MST** - Movimento dos Trabalhadores sem Terra

**ODS** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**ONGs** - Organizações não governamentais

**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos

**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PNAPO** - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

**PNATER** - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

**PROATER** - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PRONATER** - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

**PSS** - Processos Seletivos Simplificados

**SAFC** - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

**SAFs** - Sistemas Agroflorestais

**SEDAP** - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

**SIATER** - Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural

**SIBRATER** - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UDB** - Unidade Didática Agroecológica do Nordeste Paraense

**UFPA** - Universidade Federal do Pará

**UPAs** - Unidades de Produção Agrícolas

**USAID** - United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 METODOLOGIA</b>	<b>12</b>
2.1 Objeto e <i>lócus</i> da Pesquisa	12
2.2 Procedimentos Metodológicos	19
<b>3 DAS ACARES À PNATER E À AGROECOLOGIA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E CONTEXTO ATUAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PÚBLICA NO BRASIL</b>	<b>22</b>
3.1 Histórico da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil	23
3.2 Pnater: princípios, consolidação e desafios	27
3.3 Interfaces entre a Pnater e a Agroecologia	35
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>37</b>
4.1 Perfis e atuação dos(as) extensionistas da Emater-PA Regional Tocantins, interlocutores(as) da pesquisa	38
4.2 Atuação dos(as) extensionistas na Emater-PA Regional Tocantins	44
4.3 Ater pública e a sua relação com a Agroecologia nos municípios de abrangência da Emater- PA Regional Tocantins	51
4.4 Desafios e Perspectivas da Ater pública no Baixo Tocantins	63
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EXTENSIONISTAS DA EMATER-PA REGIONAL TOCANTINS</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGENS E GRAVAÇÃO</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agroecologia, enquanto abordagem científica, se estabelece no ano de 1970 como um novo paradigma apto a enfrentar a crise socioambiental encarada pela população mundial, assim que estudiosos contestam impactos como a degradação do solo, o desmatamento, a desigualdade social etc. no campo, causados pelas tecnologias industriais da Revolução Verde<sup>1</sup> (Altieri, 2012). Desde então, a agroecologia vem se consolidando como um movimento que busca harmonizar o conhecimento científico com as práticas agrícolas tradicionais, o respeito ao meio ambiente e a promoção da justiça social.

A agroecologia se organiza como uma abordagem holística que pode ser entendida como ciência, movimento social e prática agrícola. Como ciência, a agroecologia procura entender os fundamentos ecológicos que orientam os sistemas agrícolas, propondo caminhos mais sustentáveis aos padrões tradicionais. Nessa concepção, Altieri (2012) aponta que a agroecologia usa os saberes ecológicos para modelar as unidades de produção, fortes e em equilíbrio com o meio ambiente, fomentando a inclusão entre a diversidade biológica, a água, o solo e as vivências tradicionais.

Além de ser um campo científico, a agroecologia se caracteriza como movimento social, integrando às lutas por direitos fundiários no campo, alimentação saudável e reconhecimento das experiências e vivências dos povos tradicionais. Rosset e Altieri (1997) destacam que as mobilizações sociais agroecológicas, como A Via Campesina<sup>2</sup>, que defende um modelo focado na agricultura familiar, quebrando os fundamentos da agricultura convencional e assegurando a autogestão do espaço rural na conservação das florestas e suas tradições.

A agroecologia também se apresenta como prática no dia a dia dos agricultores familiares que elaboram sistemas de produção variados, através dos conhecimentos tradicionais, rotação de culturas, agroflorestas, uso de sementes crioulas, adubação verde etc. Segundo Caporal e Costabeber (2002), essas atividades mostram uma concepção diferente da

---

<sup>1</sup> A Revolução Verde foi um método de modernização agrícola iniciado pelo agrônomo norte-americano Norman Borlaug no século XX, caracterizado pela introdução de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes químicos, mecanização e irrigação moderna. Embora tenha contribuído significativamente para o aumento da produtividade agrícola em países em desenvolvimento, também gerou impactos socioambientais negativos (Shiva, 2003).

<sup>2</sup> La Via Campesina é um movimento internacional que abrange organizações de camponeses, agricultores familiares, trabalhadores rurais, mulheres do campo, povos indígenas e comunidades tradicionais. Sua fundação se deu em 1993 e sua articulação foi criada como uma resposta aos efeitos do modelo agrícola industrial e globalizado que possui características como a padronização das culturas, o produtivismo, a monocultura, a produção para exportação, concentração fundiária, impactos ambientais e segurança alimentar (Desmarais, 2013).

agricultura industrial, porque se baseiam na união e na relação equilibrada entre o meio ambiente e o homem.

De acordo com essas definições, a agroecologia vai além das fronteiras de uma técnica agrícola, estabelecendo-se como um modelo de desenvolvimento rural sustentável que junta as dimensões científicas, sociais, culturais e ambientais (Gliessman, 2005). Sua resistência está diretamente articulada entre o conhecimento técnico-científico, ações populares e atos em defesa dos povos tradicionais e estilo de vida ecológico.

Segundo Miguel Altieri (1989), a agroecologia busca transformar as práticas agrícolas em uma relação harmoniosa com a natureza, substituindo a lógica da agricultura industrial pela lógica da sustentabilidade, justiça e igualdade. Eric Holt-Giménez (2002), outro escritor proeminente no campo da agroecologia, argumenta que a agricultura industrial não é apenas ecologicamente insustentável, mas também incapaz de resolver os problemas mundiais de fome e pobreza. E, neste sentido, sugere que, para alcançar a segurança alimentar e a justiça social, é importante adotar uma abordagem agroecológica que promova a produção local, diversificada e resiliente de alimentos.

Desse modo, o modelo de agricultura implementado a partir da Revolução Verde, para fins econômicos, mostra que de um lado temos a indústria fornecendo insumos e maquinários e, de outro, os agricultores que conseguiram se incluir e responder a esse modelo de exploração que, segundo Martinez-Alier (2008), causa impactos ao meio ambiente, tais como a exploração exagerada dos recursos naturais e a degradação do solo, que não são devidamente contabilizados como resultantes das práticas relacionadas a agricultura moderna. Desse modo, os danos decorrentes do agronegócio tendem a ser ignorados nas análises e políticas relacionadas ao setor. Assim, procurar soluções que minimizem os prejuízos socioeconômicos e ambientais derivados desse modelo de agricultura, como o desmatamento, o esgotamento e a erosão do solo, a monocultura, a diminuição da saúde do solo e das plantas a partir do uso intensivo de agrotóxicos, o êxodo rural etc., é uma demanda imediata.

Assim, tornam-se necessárias alternativas agroecológicas que transformem o espaço rural e minimizem essas problemáticas, sendo a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) pública um importante caminho para a difusão de inovações e técnicas sustentáveis na agricultura. Contudo, somente a partir de 2003, após a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) que se observa uma mudança importante no quadro da Ater pública brasileira, ou seja, a criação dessa política simboliza um redirecionamento das políticas públicas para a agricultura familiar, as comunidades tradicionais e à agroecologia (Caporal; Costabeber, 2002).

Neste contexto, é importante salientar que nos anos de 1990, a Ater pública brasileira teve mudanças significativas, promovidas pelo reconhecimento da agricultura familiar devido às lutas pela criação de políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, e, posteriormente, a Pnater. Neste cenário, as Empresas de Assistência Técnica Extensão Rural (Emateres), acabaram mudando suas diretrizes, que antes da elaboração da Pnater em 2003, suas diretrizes eram predominantemente produtivistas e tecnicistas, influenciada pela Revolução Verde e então, os estados e municípios passaram a ser orientadas pelo Governo Federal por meio de leis e programas que privilegiavam a agroecologia, a equidade social e a consolidação da agricultura familiar (Bergamasco; Norder, 2007; Brasil, 2005; Caporal; Costabeber, 2004; Fernandes, 2009)

Entretanto, ainda que a Pnater, instituída em 2003, recomende uma assistência técnica destinada a fomentar a agroecologia, o fortalecimento da agricultura familiar e a utilização de práticas sustentáveis, a atuação das Emateres nos estados brasileiros demonstra certa incoerência para a sua execução. No estado do Ceará, Lima (2017) aponta que a Ater desempenhada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce) ainda continua com direcionamentos para práticas técnicas agroindustriais, com ênfase em tecnologias convencionais agrícolas, o que evidencia uma continuidade de princípios integrados à Revolução Verde. Cenário parecido é identificado em Rondônia, segundo a análise de Carvalho *et al.* (2019), a qual demonstrou que a Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EmaterRO) age em uma duplicidade: por um lado, integra aspectos da agroecologia em sua narrativa institucional, mas, por outro, sustenta, intensamente, atividades conforme as necessidades do agronegócio. No Baixo Tocantins a modernização agrícola também se consolidou, esse processo foi promovido pelo desempenho de instituições de Ater, com a Emater-PA, que por muitos anos incentivou a disseminação de tecnologias agrícolas e ações com objetivo de elevar a produtividade (Vilela; Brum Soares; Wagner, 2019; Vieira Filho, 2016). Segundo Piraux, Sombra e Simões (2014), a multiplicidade territorial e social da região do Baixo Tocantins contribui para a forma como essas foram aplicadas aos agricultores familiares, em algumas situações introduzindo pacotes tecnológicos, e em outras vezes persistindo para manter os saberes locais. Isso indica que, à parte das políticas nacionais, as empresas estaduais de Ater podem, por ventura, utilizar perspectivas particulares para o direcionamento de suas atividades, sendo estas, muitas vezes, em contraposição com os princípios norteadores da Pnater. Logo, analisar a atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-PA) Regional Tocantins passa a ser primordial para entender o alinhamento da empresa em relação a Pnater e de que modo esta se situa frente

aos desafios da agroecologia e da agricultura familiar na realidade do Baixo Tocantins, território de sua abrangência.

Diante do exposto, cabe destacar que a Pnater possui uma história de adaptação, aonde suas bases eram voltadas para modernização agrícola, porém com as lutas dos agricultores familiares em parceria com os movimentos sociais e mudanças no cenário agrícola, a política transformou-se para atender os novos desafios sociais e ambientais das populações, principalmente rurais. Com a sanção da política em 2010 estabeleceu-se uma visão da extensão rural pública que consiste em um instrumento planejado para o desenvolvimento sustentável, para o estímulo à segurança alimentar, ao reconhecimento da agricultura familiar e a conservação dos recursos naturais. Deste modo, a Pnater ajusta-se como uma ferramenta necessária para construir um rural mais digno e propício para as comunidades rurais, onde a extensão rural pública torna-se uma companheira para os agricultores familiares na procura por alternativas que ajudem sanar as necessidades e anseios das suas comunidades rurais, favorecendo a autonomia e o fortalecimento dos saberes locais. E, diante disso, a agroecologia pode ser uma importante ferramenta da extensão rural para o alcance desses objetivos.

Com base nisso, este trabalho busca responder às seguintes questões: “Os princípios e objetivos da Pnater, sobretudo aqueles que tratam da Agroecologia, são levados em consideração na atuação da Empresa de Assistência Técnica do Estado do Pará (Emater - Pará - Regional Tocantins)?” e “Como a Agroecologia é compreendida e adotada pela Emater Pará - Regional Tocantins e por seus(as) técnicos(as)?”. Como objetivo geral visa analisar como a Agroecologia é compreendida e aplicada pela Emater-PA, Regional Tocantins, e por seus(as) técnicos(as), com base na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). E como objetivos específicos: a) conhecer o perfil profissional dos(as) extensionistas que trabalham na Regional Tocantins da Emater, tendo em vista a formação acadêmica e o tempo de atuação na empresa; b) identificar e compreender as diferentes concepções dos(as) extensionistas sobre agroecologia; e c) se e (como) eles(as) atuam nas atividades de Ater agroecológica aos públicos beneficiários da empresa.

O trabalho está dividido em sete (7) seções principais, a destacar: essa 1) Introdução; a 2) Metodologia, onde será apresentada uma breve caracterização dos municípios que compõem o território de abrangência da Emater Regional Tocantins, objeto da pesquisa, assim como os procedimentos adotados; a 3) Fundamentação Teórica, que tratará sobre a extensão rural pública, sua história, seu contexto ao longo do tempo e, mais recentemente, a introdução e o papel da agroecologia nas políticas públicas de Ater, os fundamentos e propósitos da Pnater, com o objetivo de contextualizá-la e mostrar sua evolução e a conexão entre a Pnater e a

Agroecologia; os 4) Resultados e Discussão, as 5) Considerações Finais, as 6) Referências e, por fim, os 7) Apêndices.

## **2 METODOLOGIA**

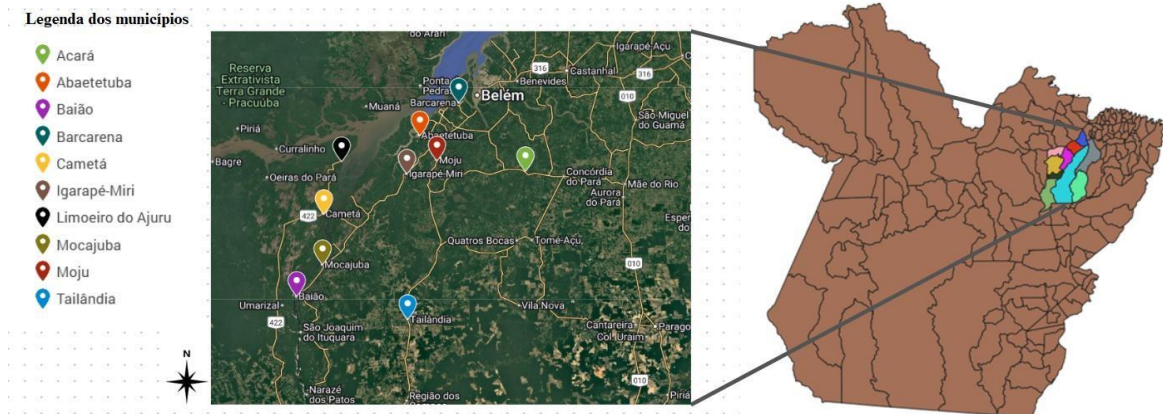
Esta seção está estruturada em duas subseções, que apresentarão, respectivamente, a caracterização do objeto e do local de pesquisa, isto é, a Emater Regional Tocantins, os escritórios e os municípios de sua abrangência; e os métodos, ferramentas e instrumentos adotados na pesquisa. Dessa maneira, inicialmente, será abordado o contexto institucional e geográfico da pesquisa, destacando os municípios da área de atuação da Emater - PA Regional Tocantins e, na sequência, serão descritos os procedimentos metodológicos adotados.

### **2.1 Objeto e *locus* da Pesquisa**

No estado do Pará, o órgão público responsável por realizar os serviços de assistência técnica e extensão rural é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater - Pará), que opera desde 1965, quando foi criada como Associação de Crédito e Assistência Rural (Acarpa). Atualmente, a Emater-PA está vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap) e possui atuação nos 144 municípios paraenses. Seus princípios são a eficiência e a sustentabilidade, que visam implementar um modelo de desenvolvimento com a expansão da economia e com o uso correto e racional dos recursos naturais, tendo em vista as diretrizes norteadoras da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PA, 2024).

A Emater - PA possui 12 regionais e as Unidade Didática Agroecológica do Nordeste Paraense (UDB) e Unidade Didática de Agroecologia de Conceição do Araguaia, atendendo diretamente os municípios de Bragança, Augusto Corrêa e Tracuateua e, indiretamente, todos os outros municípios que compõem a Emater - PA (Pará, 2025). Neste trabalho, o objeto de estudo será a Regional Tocantins, cujos 10 municípios de abrangência e atuação são: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia (Figura 1).

Figura 1 - Municípios que compõem a área de abrangência e atuação da Emater-PA



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados disponibilizados pelo IBGE/Emater-PA (2023).

As regionais da Emater - PA são divisões de gerenciamento de territórios, desenvolvidas para organizar e aperfeiçoar os serviços de Ater pública fornecidos pela empresa em todo o Pará. As Emateres operam com sedes intermediadoras da coordenação entre o escritório estadual da Emater - PA, situado em Marituba, e os escritórios regionais. Cada regional engloba um grupo de municípios e conduz as ações das unidades locais. Assim, a Emater - PA se organiza conforme a dimensão territorial do estado, uma vez que o Pará é o segundo maior em extensão territorial do país, perdendo apenas para o estado do Amazonas. Essa estrutura organizacional favorece o atendimento mais próximo do público-alvo, levando em conta as especificidades regionais e municipais, como as características produtivas, socioambientais, culturais e econômicas.

A descentralização da gestão é um ponto importante porque ao dividir o estado em regionais, a Emater - PA distribui melhor os deveres e desenvolve o gerenciamento dos serviços, resultando em processos mais eficientes e melhor cobertura para as famílias agricultoras. Cada regional acompanha os agricultores familiares, comunidades tradicionais, assentados e os demais públicos atendidos mais de perto, facilitando a comunicação, a troca de saberes e o auxílio em políticas públicas, a partir da interlocução também entre prefeituras, instituições de ensino e movimentos sociais. Portanto, essa organização visa assegurar a efetividade e igualdade nos serviços e ações de Ater pública, fomentando o desenvolvimento rural sustentável em regiões do Pará (Pará, 2023).

No Quadro 1, apresentamos uma breve caracterização dos municípios atendidos pela Emater-PA Regional Tocantins.

Quadro 1 - Breve caracterização dos municípios assistidos pela Emater - PA Regional Tocantins.

Municípios	Breve caracterização	Nº de Habitantes	Área (Km²)	Data de fundação	Populações tradicionais (números)	Principais perfis produtivos (agropecuário e agroextrativista)
Abaetetuba	O município de Abaetetuba está localizado na Microrregião de Cametá, sendo sua sede a cidade-polo da Região do Baixo Tocantins, e, portanto, onde está localizado o Escritório Regional Emater Tocantins. O município possui a maior população quilombola do estado do Pará com a quantidade de 14.526 pessoas, sendo as comunidades de Alto Itacuruçá, Baixo Itacuruçá e Bom Remédio as mais populosas (Iterpa, 2015).	158.188 (IBGE, 2023a)	1.610,654 (IBGE, 2023a)	15/08/1895	Indígenas - 93 Quilombolas - 14.526	Açaí ( <i>Euterpe oleracea</i> Mart.), hortaliças e pesca
Acará	O município de Acará está localizado na Mesorregião do Nordeste Paraense, próximo a Belém, capital do estado do Pará.	59.023 (IBGE, 2023b)	4.344,384 (IBGE, 2023b)	19/04/1875	Indígenas - 23 Quilombolas - 4.507	Açaí e mandioca ( <i>Manihot esculenta</i> Crantz.)
Barcarena	Barcarena está localizado na região Metropolitana de Belém, no leste do Pará, na convergência dos rios Tocantins e Guamá.	126.650 (IBGE, 2023c)	1.310,338 (IBGE, 2023c)	10/05/1897	Indígenas - 292 Quilombolas - 5.438	Avicultura, mandioca, olerícolas, açaí, cacau ( <i>Theobroma cacao</i> L.), abacaxi ( <i>Ananas comosus</i> ), pesca e aquicultura
Baião	O município de Baião está localizado na Mesorregião do Baixo Tocantins. Baião no passado foi uma das maiores cidades do mundo, possuindo uma extensão maior que alguns países, por exemplo, a Holanda, em razão das cidades de Marabá, Tucuruí e Conceição do Araguaia fazerem parte do seu território antes do processo de emancipação. (Prefeitura Municipal de Baião, 2024).	51.641 (IBGE, 2023d)	3.759,834 (IBGE, 2023d)	17/05/1833	Indígenas - 52 Quilombolas - 12.857	Pesca, aquicultura, mandioca, pimenta-do-reino ( <i>Piper nigrum</i> L.), açaí, cacau e dendê ( <i>Elaeis guineensis</i> Jacq.)
Cametá	Fundada em 24 de dezembro de 1635, a cidade de Cametá está localizada na margem esquerda do Rio Tocantins, sendo sua sede uma das cidades mais antigas da Amazônia.	134.184 (IBGE, 2023e)	3.081,367 (IBGE, 2023e)	24/02/1635	Indígenas - 125 Quilombolas - 10.135	Açaí, pimenta-do-reino, pesca e aquicultura
Igarapé-Miri	Igarapé-Miri é conhecido como Capital Mundial do Açaí, sendo o maior produtor e exportador de açaí do mundo. A produção de cachaça também teve	64.831 (IBGE, 2023f)	1.996,79 (IBGE, 2023f)	16/10/1843	Indígenas - 23 Quilombolas - 559	Açaí, mandioca e pesca

	grande importância para a economia local, sendo que no ápice de sua produção, no século XIX, o município tinha cerca de 100 engenhos em funcionamento (Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, 2024).					
Limoeiro do Ajuru	Limoeiro do Ajuru pertence a Mesorregião do Nordeste paraense e sua localização próxima ao rio Limoeiro favoreceu a comunicação entre o Rio Tocantins e o Baixo Amazonas, contribuindo para o desenvolvimento do município.	29.569 (IBGE, 2023g)	1.490,2 (IBGE, 2023g)	29/12/1961	Indígenas - 13 Quilombolas - 56	Açaí, pesca, aquicultura e cacau
Mocajuba	Mocajuba está localizado na Microrregião de Cametá. Sua urbanização se deu, principalmente, como resultado do cultivo de pimenta-do-reino.	27.198 (IBGE, 2023h)	871,171 (IBGE, 2023h)	06/07/1895	Indígenas - 47 Quilombolas - 4.936	Pesca, aquicultura, mandioca, açaí e cacau
Moju	O município de Moju está localizado na Microrregião de Tomé-Açu e conta com três distritos: Moju (sede), Cairari e Distrito Nova Vida.	84.094 (IBGE, 2023i)	4.652,4 (IBGE, 2023i)	28/08/1856	Indígenas - 258 Quilombolas - 6.250	Açaí, pesca, aquicultura, cacau, pimenta-do-reino e dendê
Tailândia	O município de Tailândia integra-se à Mesorregião Nordeste Paraense e à Microrregião homogênea de Tomé-Açu. No período entre 2000 a 2013 o município esteve com as maiores taxas de desmatamento do estado do Pará. Segundo dados do Inpe/Prodes (2018), cerca de 50% da área de Tailândia foi desmatada em 2018.	72.493 (IBGE, 2023j)	4.430,477 (IBGE, 2023j)	10/05/1988	Indígenas - 85	Mandioca, açaí, pimenta-do-reino e olerícolas.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), de acordo com dados IBGE (2023) e Emater-PA (2024)

No Quadro 2 são apresentadas algumas características da atuação da Emater-PA Regional Tocantins nos 10 municípios de sua abrangência.

Quadro 2 - Municípios de atuação, públicos-alvo e características das atividades desenvolvidas pela Emater - PA Regional Tocantins.

<b>Municípios</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>Tempo de serviços prestados a partir da criação dos escritórios locais da Emater-PA</b>	<b>Número de comunidades atendidas</b>	<b>Serviços oferecidos</b>
Abaetetuba	Agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores, extrativistas e artesãos.	46 anos	52	Elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR), elaboração de Cadastro Nacional da Agricultura

				Familiar (CAF), elaboração de projetos financiadores (Pronaf), visitas de assistência técnica, palestras em escolas e comunidades rurais
Acará	Agricultores familiares, quilombolas, assentados, artesãos e extrativistas.	37 anos	42	Emissão de CAR, emissão de CAF, projetos de crédito rural e apoio aos mercados institucionais, orientação técnica, assessoria a cooperativas e associações, cursos
Barcarena	Agricultores familiares, extrativistas e pescadores.	40 anos	36	Emissão de CAF, apoio na cadeia de comercialização nas políticas públicas
Baião	Agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, pescadores, aquicultores, artesãos e extrativistas.	51 anos	30	Palestras, reuniões, orientações técnicas sobre Boas Práticas Culturais com intuito de melhorar a produção e aumentar a produtividade
Cametá	Agricultores familiares, assentados, quilombolas e pescadores.	50 anos	40	Visitas, entrevistas e demonstrações técnicas.
Igarapé-Miri	Agricultores familiares, assentados, pescadores e extrativistas.	55 anos	33	Elaboração de projetos de financiamento agropecuário, elaboração de CAR e CAF com intuito de acessar políticas de crédito rural e canais de comercialização
Limoeiro do Ajuru	Agricultores familiares, quilombolas, assentados, pescadores, extrativistas, aquicultores e artesãos.	35 anos	28	Cursos, elaboração de projetos, manejo de oleaginosas e de açaí
Mocajuba	Agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, pescadores, aquicultores, artesãos e extrativistas.	45 anos	18	Palestras, reuniões, orientações técnicas de boas práticas culturais com intuito de melhorar a produção, orientação sobre a regularização fundiária, emissão de CAF e

				Pronaf para acesso ao crédito rural, processos de aposentadoria e auxílio maternidade
Moju	Agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, pescadores, artesãos, extrativistas.	44 anos	38	Cursos, palestras, visitas à propriedades, crédito rural, elaboração de CAR e reuniões
Tailândia	Agricultores familiares e assentados.	45 anos	28	Assistência técnica, cursos, palestras, visitas às propriedades, crédito rural, elaboração de CAR e reuniões

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), a partir de dados disponibilizados por Emater-PA (2024).

## 2.2 Procedimentos Metodológicos

Metodologicamente, este trabalho possui caráter bibliográfico e documental, e descritivo de um estudo de caso da Emater-PA Regional Tocantins.

O interesse por fazer esta pesquisa nasceu durante a disciplina Comunicação e Extensão Rural do curso Tecnologia em Agroecologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), quando se criou a primeira questão de pesquisa: como a Emater-PA Regional Tocantins, inicialmente com ênfase no escritório local de Abaetetuba, aplica a agroecologia em seus serviços e ações? Essa pergunta ao longo do amadurecimento da pesquisa passou por alterações. Após isso, ocorreu a delimitação do tema e da sugestão inicial do trabalho, que foram submetidos em 14 de maio de 2024 à professora orientadora, que aceitou nossa sugestão de pesquisa e sugeriu a elaboração de um pré-projeto, fornecendo alguns documentos que basearam a construção do referencial teórico e do instrumento de coleta de dados da pesquisa. Na sequência, foi definido como instrumento de coleta de dados um formulário (Apêndice A) com perguntas abertas e fechadas, para ser aplicado aos extensionistas da Emater-PA Regional Tocantins.

De agosto a outubro de 2024 foi realizado o levantamento bibliográfico e documental, a partir das plataformas virtuais *Google Scholar* e *SciELO*, sobre conteúdos relacionados ao escopo da pesquisa, como: agroecologia, Ater pública, Pnater e atuação das empresas públicas estaduais de Ater. Foram selecionados artigos científicos, livros, relatórios institucionais e sites oficiais, os quais auxiliaram, posteriormente, na elaboração dos objetivos da pesquisa, na geração do formulário de pesquisa (Apêndice A) e na elaboração da fundamentação teórica.

Neste trabalho, a fundamentação teórica se configurou como uma pesquisa bibliográfica mais robusta, uma vez que foi realizada uma revisão aprofundada de trabalhos científicos publicados sobre as temáticas correlatas à pesquisa, que foram capazes de fornecer dados históricos e atuais para a melhor contextualização do conteúdo e análise dos resultados (Gil, 2008). Assim, a fundamentação teórica foi essencial para a organização teórica e conceitual do trabalho, sobretudo em relação aos fundamentos da agroecologia e da Ater pública. As leituras centralizaram-se em autores que argumentam sobre a construção da agroecologia como abordagem científica, prática e política, como Caporal e Costabeber (2004), que evidenciam a agroecologia como um modelo alternativo à agricultura industrial. Além disso, foram usados os trabalhos de Borsatto (2020) e Bergamasco; Silva (2007) acerca do desempenho da assistência técnica e extensão rural pública no Brasil e a Lei n.º 12.188/2010, que instituiu a Pnater, política muito importante para a realização dos serviços e ações de Ater pública em todo o país. Também utilizamos o documento institucional (Proater) da Emater - PA, a Lei n.º

12.188/2010 da Pnater, além de informações disponibilizadas em sites oficiais, como o da Emater -PA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a coleta dos dados de campo foi aplicado um formulário semiestruturado (Apêndice A), que segundo Gil (2011), Fachin (2005) e Hair *et al.* (2005), se trata de um instrumento de coleta de dados bastante aplicada em pesquisas científicas que permite obter informações a partir de uma reunião de questões como na pesquisa. O formulário permite levantar dados sobre opiniões, compreensão, interesses e outros termos acerca de um determinado assunto, acontecimento, objeto e ação.

Com base nisso, o formulário utilizado na pesquisa (Apêndice A) foi organizado a partir de perguntas abertas e fechadas para os(as) extensionistas que trabalham nos escritórios locais dos municípios de atuação da Emater - PA Regional Tocantins (Figura 2), sendo dividido em três (3) seções: a primeira descreve os dados pessoais, perfil profissional e atuação dos extensionistas, as metas e foco da empresa. A segunda destaca os principais desafios enfrentados pelos extensionistas na realização de suas atividades. Já na terceira seção trata da relação da agroecologia com a Ater pública nos municípios de abrangência da Emater-PA Regional Tocantins.

Figura 2 - Fachada do Escritório Local da Emater em Abaetetuba (A) e fachada da Emater- PA Regional Tocantins, sediadas em Abaetetuba (B)



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).  
Registros fotográficos: Fernanda Soares

As coletas de dados em campo aconteceram entre outubro de 2024 e janeiro de 2025, com visitas à sede da Regional Tocantins, localizada em Abaetetuba, e ao escritório local da Emater, também localizado em Abaetetuba. No dia 1º de outubro de 2024, foi realizada a primeira visita à sede regional da Emater-PA Regional Tocantins em Abaetetuba, onde

conversamos com o diretor regional e apresentamos a nossa pesquisa. Após isso fomos ao escritório local da Emater-PA em Abaetetuba e dialogamos com o chefe do escritório local. Ambos concordaram com a realização da pesquisa e expressaram amparo institucional.

A primeira entrevista foi feita em Abaetetuba no escritório local da Emater, no dia 4 de dezembro de 2024, o entrevistado analisou o formulário e considerou que entregássemos o formulário para ele, pois como eram várias perguntas e longas, segundo o extensionista, e no momento ele estava ocupado, entregamos o formulário ao servidor, que disse para voltarmos em dois dias. Contudo, quando fomos ao escritório local nos foi comunicado pelos outros funcionários da empresa que ele estava em campo, e quando retornamos novamente ao escritório local, nos avisaram que ele tinha entrado de férias. Após isso ainda tentamos contato com o extensionista, mas não tivemos retorno. Além disso, não foi possível realizar outras entrevistas devido as festividades de fim de ano, já que ocorreu uma pausa nas atividades dos profissionais da empresa. Assim, em janeiro de 2025, retornamos com novas visitas à sede da Regional Tocantins visando conseguir as entrevistas, sendo duas entrevistas realizadas com representantes do escritório local de Abaetetuba e da Regional Tocantins nos dias 16 e 21 de janeiro.

No escritório local de Barcarena, tentamos contato indo no dia 07 de março de 2025, porém não atenderam. No dia 14 de março voltamos em Barcarena, mas foi informado que devido estarem envolvidos na elaboração do relatório anual da empresa não poderiam realizar as entrevistas. Dessa forma, decidimos enviar o formulário por e-mail e aplicativo de mensagens instantâneas (*WhatsApp*), com o apoio de um dos gestores da regional, que intermediou o contato com extensionistas dos demais escritórios cujos(as) representantes ainda não tinham sido entrevistados (ou respondido o formulário). Assim, um respondeu por *e-mail* e três através do formulário (totalizando seis entrevistas contando com as duas feitas presencialmente), pois muitos alegaram falta de tempo e o formulário ser longo. Dessa maneira, não tivemos retorno de extensionistas que atuam nos escritórios locais de Baião, Igarapé-Miri, Mocajuba, Moju e Tailândia, o que delimitou o recorte da pesquisa para os municípios de Acará, Abaetetuba, Cametá e Limoeiro do Ajuru, e um total de 6 (seis) entrevistas/formulários respondidos.

Após a coleta dos dados ocorreu a interpretação dos resultados, que segundo Gil (2008, p. 167), “pretende a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos”. Assim, foram interpretadas características, opiniões e posicionamentos sobre a agroecologia, Ater pública e Pnater de extensionistas que atuam nos escritórios locais vinculados a Emater-PA Regional Tocantins

visando o alcance dos objetivos propostos e a obtenção das respostas das questões de pesquisa. Sendo assim, as respostas ao formulário (Apêndice A) foram organizadas em campos temáticos e a sistematização dos dados procurou correlacionar os dados empíricos com o referencial teórico elaborado ao longo do trabalho.

Além disso, foram realizadas transcrições fiéis dos relatos escritos e anotações das falas dos(as) extensionistas, sendo essas narrativas também mobilizadas e analisadas na seção de Resultados e Discussão. As transcrições são essenciais na validação dos dados, pois apresentam relatos, vivências e percepções dos(as) interlocutores(as), oferecendo voz aos integrantes da pesquisa, no caso os extensionistas da Emater-PA Regional Tocantins. Outro ponto importante das narrativas é ajudar na elaboração de teorias, reflexões e produzir dados que contribuirão com trabalhos/pesquisas futuras (Minayo, 1992).

Os(as) interlocutores(as) receberam e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e de Autorização do Uso de Imagens e Gravação (Apêndice B), escrito em linguagem acessível, como recomenda a Resolução n.º 466/2012 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), onde os participantes assinam ao concordarem participar da pesquisa, atestando conhecimento sobre a pesquisa e todas as etapas previstas na metodologia (Brasil, 2012).

### **3 DAS ACARES À PNATER E À AGROECOLOGIA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E CONTEXTO ATUAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PÚBLICA NO BRASIL**

Esta seção está organizada em três subseções e cada uma se concentra em analisar a extensão rural pública, sua história, seu contexto ao longo do tempo e, mais recentemente, a introdução e o papel da agroecologia nas políticas públicas de Ater. Então, inicialmente, será apresentada a análise da história da assistência técnica no Brasil, ressaltando sua origem nos anos 1940, a interferência do modelo norte-americano e as alterações realizadas até os anos de 1990, também se argumenta entre a relação da agroecologia e a Ater, mais precisamente nos anos 2000, quando os movimentos sociais ajudaram na criação de políticas públicas voltadas à extensão rural, e como as essas políticas influenciaram na Ater pública.

A segunda subseção discute os fundamentos e propósitos da Pnater, com o objetivo de contextualizá-la e mostrar sua evolução. A criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural em 2003 teve um papel importante, assim como a Lei n.º 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Pnater, fortalecendo os fundamentos e orientações que estavam

em sua base, quando elaborada em 2003, no contexto do reconhecimento da agricultura familiar e da ascensão de políticas públicas rurais no cenário agrícola brasileiro.

A terceira subseção abordará a conexão entre a Pnater e a Agroecologia. Como as políticas públicas abordam a forma como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural incorpora os princípios da agroecologia, focando na metodologia interativa e sustentável que busca transformar a agricultura brasileira. A pesquisa bibliográfica explora o porquê a Pnater ajudar a contribuir para a construção de um modelo de produção sustentável, respeitando o conhecimento tradicional e promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

### **3.1 Histórico da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil**

Bergamasco e Norder (2007), destacam que a extensão rural se estabelece no Brasil por influências históricas do modelo tecnológico de produção agrícola norte-americano, principalmente no contexto da Revolução Verde, que tinha como base a parceria entre governo, universidades agrícolas e produtores rurais visando a transferência de tecnologias principalmente por intervenção do Grupo Rockefeller, que foi um dos principais financiadores da implantação do modelo de extensão rural no país a partir dos anos 1940. Isso foi possível devido às circunstâncias da Guerra Fria quando os Estados Unidos procuravam reprimir a atuação socialista por meio da modernização agrícola e pelas vantagens geopolíticas como a proximidade política entre os Estados Unidos e os países da América do Sul, os controles estratégicos e o interesse econômico em ampliar seu modelo de desenvolvimento rural. Assim, em 1948, o governo de Minas Gerais, em parceria com o Grupo Rockefeller, que notou no Brasil e em outros países da América Latina oportunidades para introduzir novas tecnologias, como fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas na agricultura, e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), criaram a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar) de Minas Gerais, visando, de acordo com seus discursos, o desenvolvimento econômico dos trabalhadores rurais e do país e melhores condições para os que viviam de atividades diretamente associadas ao espaço rural (Dias, 2024b).

A partir disso, e por meio da parceria entre o Governo Brasileiro e a USAID, novas agências de crédito e assistência rural foram criadas pelo país. Até o fim da década de 1950, as Associações de Crédito e Assistência Rural estavam em 12 estados, e na década seguinte esse número aumentou para 22 estados, chegando em todos os estados na década de 1970 (Diniz; Hespanhol, 2022)

Esse modelo, que atualmente pode ser atrelado ao histórico do que se considera como origens da Ater pública brasileira, foi marcado por abordagens teóricas político-econômicas que influenciaram o país no período de 1960 a 1990, o Humanista assistencialista tinha como objetivo ajudar os agricultores em situação de vulnerabilidade social. Essas ajudas eram feitas por meio de doações, campanhas educativas, e serviços de caráter moral e social, porém esse enfoque não promovia alterações estruturais no campo, o que resultou em maior dependência dos agricultores em relação aos ações de Ater. O Desenvolvimentismo<sup>3</sup>, privilegiava e beneficiava agricultores de médio e grande porte, pois apoiava a modernização acelerada da economia através da industrialização pela multiplicação da produção em 1960.

Já em 1975, quando criada a Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural (Embrater<sup>4</sup>), que tinha como objetivo o desenvolvimento rural sustentável por meio da Ater pública, visando a agricultura familiar, o Brasil vivia a Ditadura Militar (1964-1985), que usava a Ater pública como objeto de controle político e social no espaço rural através do assistencialismo, enquanto privilegiava os grandes fazendeiros por meio de políticas que privilegiava o agronegócio, a modernização tradicional da agricultura e a centralização fundiária (Caporal; Costabeber, 2002). Tal cenário evidencia desigualdades na oferta e destinação de recursos e políticas relacionadas a prestação de serviços de Ater pública no decorrer dos anos, reforçando, conforme analisam Caporal e Costabeber (2004), a necessidade de reajustar as políticas de assistência técnica, com objetivo de incluir e apoiar os agricultores familiares, que são fundamentais na segurança alimentar do país.

Com a criação da Embrater foram estabelecidas as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emateres), que absorveram as estruturas das Acar e passaram a ter mais independência, mantendo-se sob as responsabilidades dos governos estaduais (Dias, 2024a).

Em decorrência das desigualdades resultantes dos modelos de Ater pública adotados pelo Governo brasileiro ao longo dos anos, os movimentos sociais do campo, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ajudaram a agricultura familiar a

---

<sup>3</sup> O Desenvolvimentismo, que ocorreu de 1960 a 1990, foi marcado por uma rápida industrialização, modernização tecnológica da agricultura com uso intensivo de insumos industriais, foco no aumento da produtividade e concentração de terras. Isso beneficiou principalmente os produtores de médio e grande porte em prejuízo da agricultura familiar. (Noronha; Rosa, 2023)

<sup>4</sup> Como parte do planejamento neoliberal de diminuição da atuação do Estado, a Embrater foi extinta pelo governo de Fernando Collor em 1990. Antes de sua extinção, a Embrater liderava os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) em todo o país, organizando e financiando as empresas estaduais (Emateres). Com seu término, esses serviços passaram a ser de responsabilidade exclusiva dos governos estaduais, sem suporte ou orientações federais, o que enfraqueceu a política pública de Ater.

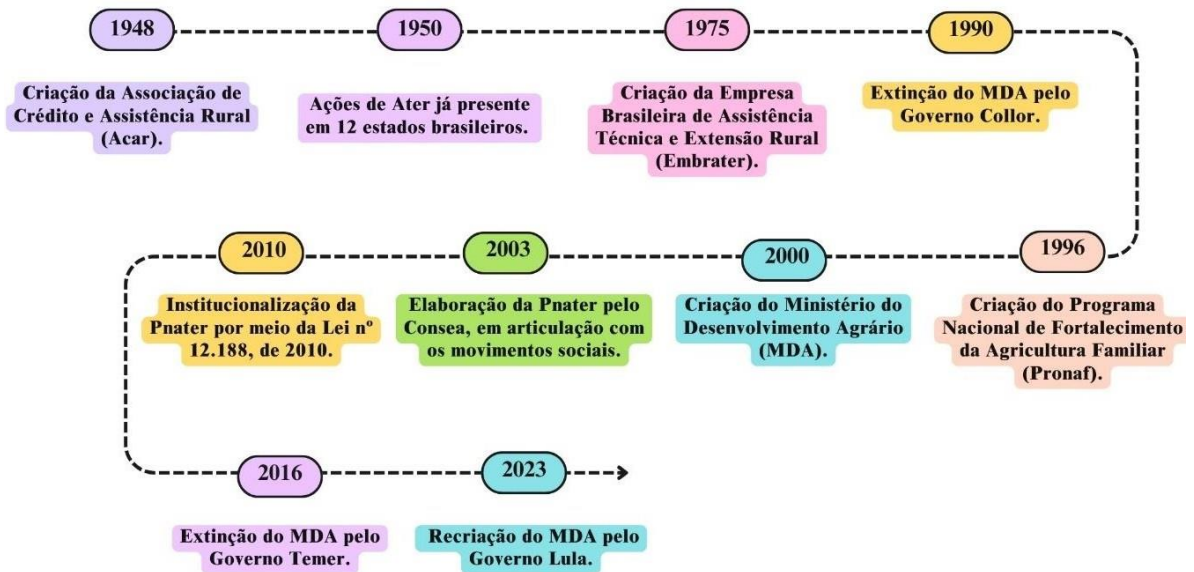
ganhar destaque no cenário nacional ao buscar incluir nas pautas políticas temas como as lutas pela reforma agrária e o fomento a ações produtivas ecológicas, a partir da reivindicação por políticas públicas direcionados aos povos do campo (Fernandes, 2009). Nas décadas de 1980 e 1990 começou a diferenciação no Brasil da agricultura familiar e do agronegócio, isto é, resultado das reivindicações dos movimentos sociais, pesquisadores e criadores de políticas públicas (Schneider, 2003), o que resultou na criação de algumas políticas direcionadas aos agricultores familiares, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996.

Como resultado desse processo emancipatório e de lutas de trabalhadores rurais e agricultores, em 2000 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com foco nos agricultores familiares. Contudo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), criado em 1930, já possuía uma estrutura consolidada de políticas direcionadas ao desenvolvimento agrícola, pecuário e ao fornecimento alimentar do Brasil para médios e grandes produtores rurais (Brasil, 2025), isto é, operando em prol do fortalecimento do agronegócio. Em 2016 o MDA foi extinto pelo Presidente Michel Temer, pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016 modificada posteriormente na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, suas atribuições foram deslocadas para a Casa Civil da Presidência da República (Brasil, 2016). Porém em 2023 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recriou o ministério, pela Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, sendo confirmada sua recriação através da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 (Brasil, 2023). Dessa maneira, embora o MDA tenha sido formulado para consolidar a agricultura familiar, os investimentos financeiros para essa instituição ainda hoje são inferiores ao recebido pelo Mapa, mostrando uma desigualdade no orçamento das respectivas entidades (Brasil, 2025; AGFEED, 2024).

Ainda como parte do processo histórico da Ater no Brasil, em 2003, com a participação dos movimentos sociais e instituições da sociedade civil. Foi elaborada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), a qual introduziu a agroecologia como base a ser seguida para ampliar e estruturar a Ater pública no país. Contudo, somente em 2010, a Pnater foi institucionalizada pela Lei n.º 12.188/10, fortalecendo a Ater pública brasileira, com foco na agricultura familiar.

A síntese do histórico apresentado até aqui e seus principais marcos, é apresentada na Figura 3.

Figura 3 - Linha do tempo da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Entre os anos de 2004 e 2018, mais de R\$2,4 bilhões foram aplicados para favorecer a realização da Pnater em todo o Brasil. Com esses recursos foram realizados serviços e ações de Ater, cursos de capacitação para agricultores e técnicos, desenvolvimento e melhoramento na estrutura das instituições extensionistas, além da disseminação de novos saberes e ferramentas sociais (Borsatto, 2022). Destaca-se a estabilidade do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), o avanço nos projetos e pesquisas e aperfeiçoamento de tecnologias pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a promoção de cursos de agroecologia em institutos de ensino técnico e superior (Diniz; Hespanhol, 2022). No fim desse período, em todo o país, cerca de sete milhões de famílias foram beneficiadas, sendo que a região que mais recebeu assistência foi a Nordeste (48,4%), seguida pelas regiões Sul (20,7%), Sudeste (13,1%), Centro-Oeste (10,2%) e a Norte (7,6%).

Contudo, vale ressaltar que, nesse contexto, mesmo que os movimentos sociais e os povos do campo adotem os fundamentos da Pnater como a valorização dos agricultores familiares, promoção da agroecologia e acesso gratuito aos serviços de ater, o Estado brasileiro não conseguiu garantir o acesso total e contínuo dos agricultores e das demais populações às ações e serviços da Ater pública. Do mesmo modo, não foi possível desenvolver, de forma suficiente, a transformação agroecológica nos sistemas de produção agrícola (Diniz; Hespanhol, 2022).

### 3.2 Pnater: princípios, consolidação e desafios

Formulada em 2003, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural foi apresentada como uma política direcionada à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável, introduzindo fundamentos da agroecologia, inclusão social e exaltando as vivências dos povos do campo (Caporal; Costabeber, 2004).

A Pnater foi sancionada através da Resolução n.º 7, de 20 de março de 2003, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Essa resolução institui as normas principais para a elaboração da Pnater, estabelecendo o fornecimento de serviços de Ater pública focados, sobretudo, na agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais. O documento destaca a demanda de uma Ater pública que envolva mais do que o aspecto produtivista, englobando também fundamentos da sustentabilidade ambiental, respeito aos conhecimentos populares e diversidade cultural, além da promoção da atuação da sociedade civil e da gestão participativa. A Pnater, conforme foi estabelecida em 2003, deseja consolidar a formação social e econômica dos agricultores familiares, desenvolvendo ações produtivas que prezam o meio ambiente e garanta a segurança alimentar e nutricional dos povos do campo (Brasil, 2003).

O Quadro 3 mostra os princípios e objetivos básicos estipulados pela Resolução para orientar as atividades da Pnater e servir de suporte para as políticas públicas de Ater até a normalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, ocorrida mais adiante pela Lei nº 12.188/2010 (Brasil, 2003; Brasil, 2010).

Quadro 3 - Princípios e Objetivos da Pnater estabelecidos pela Resolução nº7 do Consea (2003)

<b>Princípios da Pnater</b>	<b>Objetivos da Pnater</b>
Propagação do acesso Ater pública	Garantir o acesso da agricultura familiar e povos tradicionais a serviços de Ater pública
Respeito aos conhecimentos tradicionais, à cultura local e à diversidade	Promover o desenvolvimento sustentável dos sistemas produtivos locais
Participação social e participação na gestão	Fomentar a organização social e econômica dos agricultores
Sustentabilidade ambiental, econômica e social	Incentivar a adoção de tecnologias sociais e ambientalmente adequadas
Valorização da diversidade cultural, étnica e de gênero	Apoiar práticas produtivas compatíveis com a conservação dos recursos naturais
Metodologias participativas e comunicativas	Promover a segurança alimentar e nutricional

Correlação entre as políticas públicas direcionadas ao meio rural	Fortalecer a agricultura familiar, camponesa, povos indígenas e comunidades quilombolas
---	---

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de dados do Brasil (2003).

Podemos observar que a resolução de 2003 da Pnater tinha um perfil voltado aos fundamentos da agroecologia, diversidade, cultura e protagonismo dos agricultores familiares.

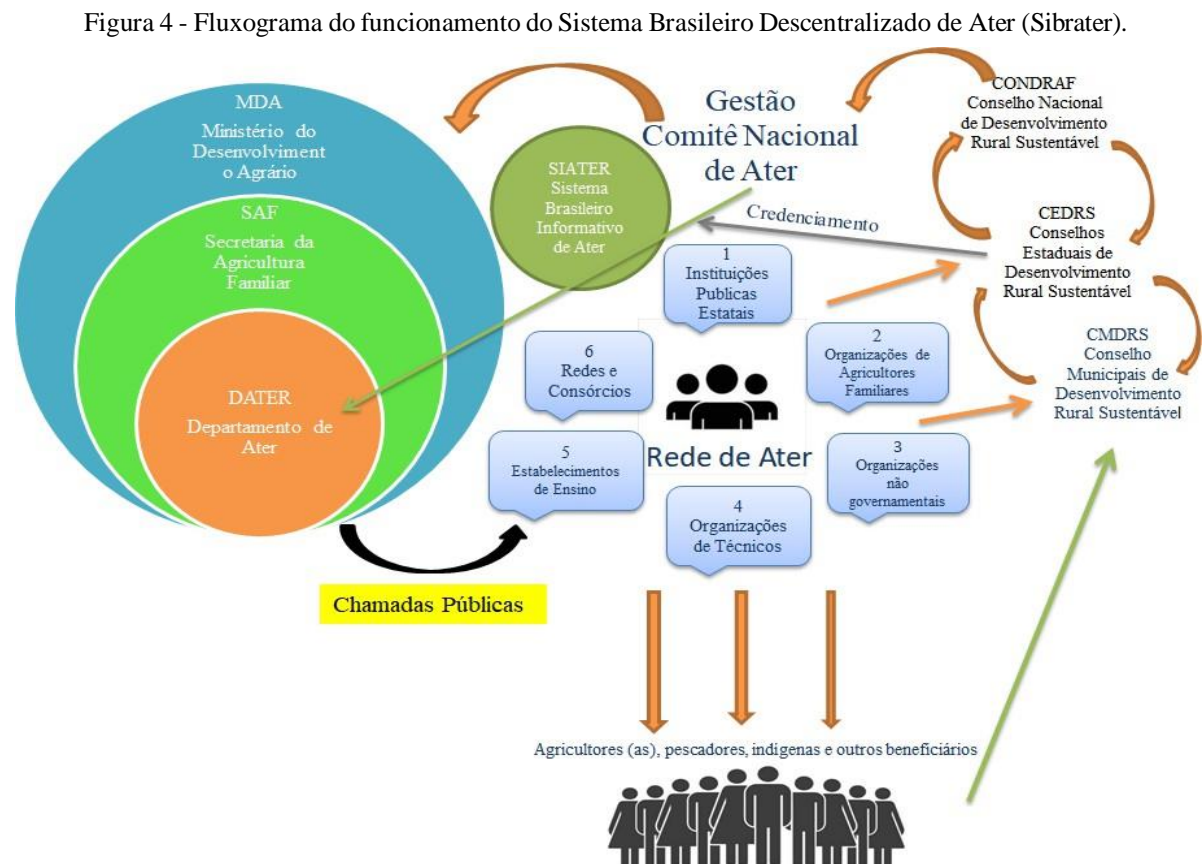
Para possibilitar a execução da Pnater, em 2003 passam a ocorrer várias transformações organizacionais no Governo, uma delas foi a promulgação do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, mostrando uma reforma institucional relevante ao mudar a coordenação da Pnater do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, que historicamente esteve ligado ao agronegócio, para o MDA (Brasil, 2003), onde a missão da Pnater era promover o desenvolvimento rural sustentável com ênfase na agroecologia (Caporal; Costabeber, 2004).

Um ano passou e houve a institucionalização do MDA enquanto elemento da estrutura básica da Administração Pública Federal, sendo criado a partir do decreto n.º 5033/2004 o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), ligado à SAF, cuja atuação seria coordenar e executar a Pnater (Thompson; Borsatto; Bergamasco, 2021). Dessa maneira, a primeira atividade da SAF foi a formação do Dater com a missão de montar uma nova política nacional de Ater pública (Brasil, 2010).

Após a elaboração da Pnater em 2003 iniciou o processo de implementação, onde novas normas passaram a ser demandadas pelo Governo para ajudar a Política. Uma foi o lançamento do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura (Pronater), em 2005, no qual foram definidas metas quantitativas e atividades para atingir os objetivos da Pnater; e em 2006 foi implementado o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) para a operacionalização da Pnater. Este sistema era coordenado pelo MDA, porém para realizar as atividades precisava ter participação dos estados, municípios e da sociedade civil, essa exigência visava assegurar a lisura, o alinhamento com os fundamentos da Pnater e a estruturação de políticas que atendessem às carências da agricultura familiar (Brasil, 2010). Destacam-se o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Siater), encarregado por vincular União, estados, municípios e a sociedade em geral (Brasil, 2010); e as instâncias deliberativas como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), idealizado pelo Decreto nº 4.608, de 2003 (Brasil, 2003); os Conselhos Estaduais (CEDRS) e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que passaram a participar da estruturação da política nacional, configurando ferramentas essenciais para avaliação social e a atuação civil nas deliberações em relação ao

desenvolvimento rural (Caporal; Costabeber, 2004). A Sibrater organiza, articula e fortalece os serviços de Ater, seus objetivos são garantir ações de assistência técnica e extensão rural de forma agregada, necessária e direcionada às reivindicações dos agricultores familiares e os povos tradicionais (Caporal; Costabeber, 2002).

Na Figura 4 procurou-se organizar, a partir de um fluxograma, o funcionamento do Sibrater e as organizações a ele vinculadas.



Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados disponibilizados pelo MDA/SAF (2004).

Durante a implementação da Pnater, diversos obstáculos surgiram, principalmente porque tanto a política quanto os serviços de Ater encarregados de sua execução não conseguiram se desvincular completamente do modelo tradicional, que historicamente beneficiava os grandes fazendeiros. A abordagem agroecológica demandava alterações na capacitação dos técnicos e na atuação das instituições, o que nem sempre foi implementado. Ademais, a escassez de recursos e a interrupção das políticas públicas tornaram mais difícil a consolidação da Pnater (Caporal; Costabeber, 2004).

Entre os anos de 2004 e 2010, o MDA selecionava instituições prestadoras de serviços de Ater mediante chamadas públicas, consolidando contratos por meio de acordos de

cooperação. Esse procedimento tinha como objetivo descentralizar a execução da Pnater e aumentar o alcance das ações e serviços de Ater pública, assegurando sua adequação às diversas realidades locais. As entidades selecionadas incluíam empresas públicas estaduais, como as Emateres, organizações não governamentais (ONGs), cooperativas, associações e instituições privadas. Como critérios de seleção, essas corporações já deveriam estar presentes nos territórios onde atuam os objetos das chamadas, entender a realidade dos moradores locais e, assim, possuir maior competência de assistir os agricultores familiares com metodologias participativas e de base agroecológica. Esse formato de chamada, além de procurar democratizar a introdução das ações de Ater nos municípios, dos recursos públicos e tornar a Pnater mais ativa, visava impedir a centralização e a pressão excessiva na administração do Governo Federal (Grisa; Schneider, 2015).

Assim, o sistema de chamadas públicas foi formulado visando trazer mais destreza e efetividade aos métodos de contratação e gestão das organizações responsáveis pela realização dos serviços de Ater. Os editais de chamadas públicas também determinavam que as instituições apresentassem projetos aprofundados com objetivos claros, metodologias participativas e com enfoque na agricultura familiar. Ademais, as regras de seleção priorizavam experiências em agroecologia, aptidão profissional e vinculação com políticas públicas das regiões que atuam, assegurando alinhamento com as normas da Pnater (Corrêa da Silva *et al.*, 2022; Grisa; Schneider, 2015). Os pagamentos às instituições só eram efetuados após a realização dos serviços e a devida comprovação de sua execução (Correa da Silva *et al.*, 2022; Thomson; Bergamasco; Borsatto, 2017).

Contudo, o modelo de chamadas públicas, apesar de ter expandido o acesso à Ater, recebeu críticas, segundo Corrêa da Silva *et al.* (2022) e Thomson, Bergamasco e Borsatto (2017), isso prejudicou a eficácia das atividades agroecológicas, que necessitavam de supervisão contínua e compreensão das especificidades socioculturais dos locais. O que de acordo com esses autores prejudicou a adaptação das ações no contexto local e comprometeu as relações entre técnicos e agricultores.

Outra crítica estava relacionada ao modelo do edital não atender requisição de organizações privadas de pequeno porte (exemplo: grupos de agricultores, ONGs etc.), principalmente por não adiantar o recurso do contrato para sustentar os gastos iniciais dos projetos (Thomson; Bergamasco; Borsatto, 2017). Vale ressaltar que diferente das empresas estatais, as privadas de pequeno porte não estavam conseguindo custear os inícios dos projetos devido ao caixa limitado que possuíam. Além disso, também surgiram críticas em relação à situação precária como a falta de infraestrutura, como veículos e materiais de auxílio às visitas

técnicas, além da falta de funcionários e recursos nos escritórios locais (Sá; Chies, 2012; Silva; Silva; Silva; Bergamasco; Souza-Esquerdo, 2019; Thomson; Borsatto; Bergamasco, 2021).

Ademais, relatórios também descrevem vários problemas e limitações do MDA para gerir a Pnater, como a ausência de recursos financeiros e de profissionais especializados, o que resultou em lentidão na análise dos convênios e verificação de relatórios (Diesel; Dias; Neumann, 2015). Ainda por cima, a Pnater sofreu imposições externas, como as ações de departamentos relacionados ao agronegócio, que pretendiam continuar com o modelo convencional produtivista, que afetaram sua base; a descontinuidade institucional estimulada por trocas de governo; a intervenção de agendas internacionais com preferências diferentes da agroecologia; e concorrências por recursos financeiros entre as organizações responsáveis pela execução dos serviços (Caporal; Costabeber, 2004).

Diante das questões problemáticas supracitadas, e em adequação às demandas contemporâneas, desde o seu início, em 2003, até 2010, a Pnater passou por transformações e foi sendo reformulada, sendo, em 2010, instituída pela Lei n.º 12.188/2010, que passou a ser tratada como Pnater II.

Além dos princípios e objetivos descritos na Pnater I (2003), que foram apresentados no Quadro 3, a Pnater II (2010) apresentou como complementos aos princípios e objetivos como o desenvolvimento rural sustentável, essa mudança aumentou o escopo das políticas, possibilitando diversos procedimentos e tecnologias de produção, integrando métodos do agronegócio. Ainda que engloba os princípios da agroecologia, essa nova perspectiva transformou a Pnater em uma política mais aberta a interpretações distintas, o que pode enfraquecer o comprometimento com transformação positiva no campo orientadas pela agroecologia (Borsatto; Carmo, 2013).

Segundo o MDA (2024), entre 2010 e 2014, o governo brasileiro dedicou esforços para consolidar a Pnater. As Emateres tiveram acesso às chamadas públicas, disputando com outras instituições e tendo que se adequar às exigências burocráticas impostas pelas chamadas públicas. Conforme mostra a Tabela 1, nesse período, o MDA destinou cerca de R\$1,2 bilhão (valor não atualizado) para as ações da Política, beneficiando aproximadamente 550 mil famílias. Porém, os recursos financeiros destinados às atividades da Pnater não apresentaram estabilidade ao longo dos anos. Isso ocorreu devido a variações no orçamento motivadas por interesses políticos e limitações financeiras (Corrêa da Silva *et al.*, 2022). Alterações no gerenciamento do MDA e nas diretrizes da Pnater também influenciaram a continuidade do financiamento (Thomson; Bergamasco; Borsatto, 2017). Além disso, problemas administrativos, como retardo no repasse dos recursos, e pressões políticas colaboraram para

alternância nos investimentos, interrompendo o cronograma financeiro (Diesel; Dias; Neumann, 2015; Sá; Chies, 2012).

Tabela 1 - Quantidade de recursos destinados, entre 2010 e 2014, para ações da Pnater, e número de famílias beneficiadas no referido período.

Ano	Recursos Destinados (R\$)	Famílias beneficiadas
2010	164.186.961,93	176.530
2011	58.648.270,61	54.826
2012	526.070.742,81	192.535
2013	166.454.292,36	43.575
2014	315.353.150,57	82.357
	1.230.713.418,28	549.823

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados disponibilizados pelo Brasil (2024)

Dois pontos relevantes apresentados na Tabela 1 são: 1) a variação no valor fornecido para custear os serviços, que impossibilitou a continuidade de ações de qualidade; e 2) apesar de o total aplicado no período ter ultrapassado R\$ 1,2 bilhão, favorecendo cerca de 550 mil famílias, os recursos financeiros ainda foram baixos quando levados em conta a demanda nacional. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, existiam mais de 4,3 milhões de instalações da agricultura familiar no Brasil, o que aponta que aproximadamente 3,7 milhões de agricultores familiares ficaram sem acompanhamento técnico, demonstrando um relevante déficit das ações de Ater ofertadas a partir da Pnater (IBGE, 2009; Brasil, 2024).

Com o Golpe Parlamentar sofrido por Dilma Rousseff, em 2016, aconteceram mudanças relevantes no cenário político brasileiro, principalmente nas políticas focadas na agricultura familiar (Grisa; Schneider, 2015). O novo governo, de Michel Temer (ex-vice-presidente do governo Dilma Rousseff, que se tornou presidente após o processo de destituição dela), foi marcado pela intervenção de setores ligados ao projeto neoliberal do agronegócio. Segundo Bruno (2016) e Lerrer (2019), essa mudança não foi por acaso, mas resultado de um plano político muito planejado e desenvolvido desde os anos 2000 (Ipea, 2020).

Neste cenário, um ponto essencial para o enfraquecimento da Pnater foi a extinção do MDA, pelo governo Temer, em 2016. Suas funções foram incorporadas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, criado quando o Presidente Michel Temer unificou o MDA com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A agregação foi rejeitada por organizações e estudiosos, pois retirou a base de apoio à agricultura familiar e à extensão rural, acabando com políticas direcionadas ao desenvolvimento rural sustentável (Valadares *et al.*, 2018). Além disso, ocorreram cortes importantes no financiamento de vários projetos/programas anteriormente administrados pelo MDA, prejudicando políticas como a Pnater, o suporte à agroecologia e ao cooperativismo.

Essas mudanças impactaram negativamente a sequência da proposta de desenvolvimento rural sustentável e solidário, que estava sendo consolidada desde os anos 2000, especialmente com a criação do MDA e da Pnater. Essa proposta procurava reunir crescimento econômico com direitos sociais, sustentabilidade e participação da comunidade. Entre suas bases estavam o fomento à agroecologia, o estímulo à agricultura familiar, a integração de grupos historicamente excluídos (como mulheres, juventude rural e comunidades tradicionais), e o enaltecimento da diversidade do espaço rural (Grisa; Schneider, 2015; Petersen *et al.*, 2012).

Já em 2018, o governo Bolsonaro ampliou o processo de desmonte de algumas políticas, incluindo a Pnater, passando as competências referentes à agricultura familiar para o Mapa, através da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAFC). Essas modificações subjugarão a agricultura familiar aos fundamentos do agronegócio, enfraquecendo políticas próprias e desfazendo os espaços de interesse e controle da população como associações, cooperativas, feiras agroecológicas e o estabelecimento agrícola, materiais importantes do projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário (Lerrer, 2019; Ipea, 2020).

Na pandemia de Covid-19 (2020–2022), a Pnater passou por dificuldades relevantes, as regras sanitárias impossibilitaram o acesso presencial dos agricultores familiares aos serviços de Ater pública, mostrando a necessidade de adequação nos procedimentos de apoio. Também houve a redução de verbas e a priorização de políticas direcionadas ao agronegócio, o que afetou a continuidade e a efetividade dos serviços da Pnater. Ou seja, a Pnater sofreu um processo de desarticulação, afastando-se de seus fundamentos originais, como a valorização da agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável (Redes Rurais, 2023; Thomson; Borsatto; Bergamasco, 2021).

Desse modo, compreende-se que mesmo que as metas da Pnater fossem estender a abrangência das ações e serviços, favorecendo grupos sociais excluídos historicamente, como mulheres, jovens e povos tradicionais (Borsatto *et al.*, 2021), o cumprimento dessas passou por muitas restrições. A consolidação da Pnater, como já exposto, sofreu com a falta de orçamento e a ausência de uma estruturação de longa duração (Canavesi *et al.*, 2021). Além disso, há críticas relacionadas às mudanças institucionais, por interrupções em sua implementação e pelas discontinuidades nas chamadas públicas para admissão de serviços de Ater (Cardoso; Borsatto; Lopes, 2018). Essas discontinuidades representavam conflitos entre pontos de vista hegemônicos e contra-hegemônicos da política pública no Brasil.

Ao final do governo Bolsonaro, teve a retomada de chamadas públicas para Ater, porém ficou centralizado ao modelo produtivista, os serviços privilegiam a regularização fundiária,

crédito, inclusão em cadeias do mercado, não levando em conta os princípios agroecológicos, assim, mesmo com editais lançados, as diretrizes políticas ainda beneficiavam a agronegócio deixando a agricultura familiar em desvantagem (Lerrer, 2019; Ipea, 2020). Na gestão iniciada em 2023 houve dedicação para reformular e consolidar a Pnater. Assim, foi desenvolvido em 2024 o Comitê Permanente de Assistência Técnica e Extensão Rural na esfera do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS). Essa comissão pretende orientar o plenário do referido conselho, ajudar a aprimorar e (re)implementar a Pnater, determinar e sugerir prioridades nacionais do Pronater, e submetê-las ao conselho pleno do Condraf, que as guiará ao MDA para integrar o Plano Plurianual do Governo Federal e os Projetos de Lei Orçamentária Anual (Brasil, 2024).

Atualmente, a Pnater procura voltar aos seus princípios iniciais, desenvolvendo a assistência técnica e extensão rural pública com ênfase na agricultura familiar, na agroecologia e no desenvolvimento sustentável (Brasil, 2024).

Levando em conta o que foi exposto, é importante que se destaque, em concordância com Caporal e Costabeber (2004), que ao longo do seu histórico, mesmo havendo questões problemáticas, a Pnater resgatou o trabalho extensionista em todo o país, fazendo a extensão rural voltar ao debate político e social, atingindo estados e municípios de todo o território nacional. A Pnater caracterizou-se ainda pela participação popular, tanto na criação quanto na execução. Dessa forma foi possível ampliar o diálogo do Estado com a sociedade civil, que mesmo diante de limitações, mostrou notável participação nos espaços governamentais (Caporal; Costabeber, 2004).

Enquanto esferas relacionadas ao agronegócio desprezaram a importância da Pnater, os movimentos sociais e organizações que apoiam a agroecologia fortaleceram seu valor como metodologia de evolução ambiental e social (Balla; Massukado; Pimentel, 2014). Neste cenário, a Pnater consolidou-se junto a outras políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em meio a uma dinâmica de elaboração juntamente à sociedade civil, que assegurou sua legitimidade mesmo em tempos difíceis (Silva; Sousa; Assis, 2017).

Portanto, entende-se que a Pnater não se consolidou sozinha, mas sim na comunicação e na consolidação com outras políticas públicas e com os povos do campo, fortalecendo o cenário e afirmando a agroecologia nas políticas públicas. Sendo assim, outro ponto importante da Pnater foi a adoção da Agroecologia como referencial teórico, fazendo com que a agroecologia ganhasse mais espaços além da política, alcançando também instituições de ensino e pesquisa. No território nacional, a Pnater foi uma experiência precursora de

institucionalização da agroecologia pelo Estado Nacional. Essa iniciativa incidiu na criação de vários cursos formais (técnicos, graduação e pós-graduação), disciplinas e grupos de pesquisa e estudos da temática agricultura familiar e da agroecologia por todo o Brasil (Balla; Massukado; Pimentel, 2014; Canavesi *et al.*, 2021; Cardoso *et al.*, 2018; Silva; Sousa; Assis, 2017; Thomson; Borsatto; Bergamasco, 2021;). Considerando o exposto e os objetivos propostos neste trabalho, a seção seguinte tratará da interface e do diálogo entre a Pnater e a Agroecologia.

### **3.3 Interfaces entre a Pnater e a Agroecologia**

Vários dos objetivos da Pnater conversam fortemente com os fundamentos da agroecologia, entendida como ciência, prática e movimento social. No contexto de ciência, a agroecologia incentiva uma abordagem interdisciplinar e sistêmica dos agroecossistemas, relacionando conhecimentos científicos e populares, o que se alinha com as diretrizes da Pnater, sobretudo aquelas que recomendam a utilização de ferramentas participativas, multidisciplinares que devem ser ajustadas conforme as especificidades de cada região (Brasil, 2010). Como prática, a agroecologia objetiva sistemas agrícolas sustentáveis, fundamentados na biodiversidade, na preservação/conservação do meio ambiente e na autogestão dos agricultores. Essas bases são seguidas também pela Pnater ao fomentar a sustentabilidade ambiental, social e economia dos agricultores familiares (Paiva, 2012). Já como movimento social, a agroecologia cobra por justiça no espaço rural, soberania alimentar e fortalecimento dos povos do campo, valores esses também retratados na Pnater por meio do estímulo à participação da sociedade civil, o enaltecimento das comunidades tradicionais e o protagonismo dos agricultores familiares (Caporal; Costabeber, 2004). Dessa forma, a agroecologia estabelece uma referência organizada para a execução da Pnater, tanto em sua área técnica quanto ética e política.

A resolução da Pnater de 2003, criada pelo Consea, e com a colaboração dos movimentos sociais e instituições da sociedade civil, cita claramente a palavra “agroecologia”, com um conjunto de orientações, regras e princípios para a Pnater:

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural tendo como princípios a agroecologia, o diálogo entre os saberes tradicionais e científicos, a abordagem territorial, considerando as especificidades de cada bioma e as diferentes identidades territoriais, é um instrumento estratégico e essencial para o acesso às políticas públicas no meio rural, a organização produtiva e econômica, e a implantação e consolidação do novo desenvolvimento rural sustentável, e deve ser fortalecida e consolidada (Brasil, 2003, p.7).

Esse trecho do documento mostra que, do ponto de vista da Pnater, a Ater não deve tratar apenas da produção agrícola, mas ir além, para uma atuação abrangente onde todos os fatores sociais, culturais, e econômicos sejam considerados. Ao aconselhar uma comunicação entre os conhecimentos dos povos do campo, o científico e o reconhecimento dos contextos sociais e territoriais, a Pnater se desfaz do modelo convencional de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e oferece uma Ater pública direcionada à sustentabilidade e a autogestão dos agricultores familiares e dos povos tradicionais. Desse modo, a agroecologia pode ser interpretada como um dos pilares que conduz a Pnater para uma nova abordagem de desenvolvimento sustentável, mais inclusiva e em equilíbrio ecológico.

Na Pnater II, a palavra “agroecologia” foi alterada para “agricultura de base ecológica”. A legislação que institucionalizou a Pnater enfatiza a adoção da agricultura de base ecológica como direção central para promoção da sustentabilidade, como mostra a seguinte parte da Lei n.º 12.188/2010, que reforça a importância da agroecologia, ao afirmar como um dos seus princípios, que a Pnater deve fazer a “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis” (Brasil, 2010, art. 3º, inciso IV)."

Essa escolha por substituir o termo “agroecologia” por “agricultura de base ecológica”, foi julgada por alguns autores como um retrocesso político e conceitual. Segundo Caporal (2011), essa alteração exclui o conceito de transição agroecológica e enfraquece o papel diversificado da Pnater. Já para Weid (2011), ao seguir uma linguagem mais técnica e indefinida, a nova caracterização da Pnater privilegia ações difusionistas, longe da implantada e pensada pela resolução da Pnater de 2003.

Altieri (2001) enfatiza que a agricultura de base ecológica, apoiada nos fundamentos da agroecologia, procura maneiras prolongadas de produzir em muito tempo, baseados no uso de tecnologias adequadas e na administração ecológica dos agroecossistemas. Para o autor, mais que potencializar o lucro de apenas uma cultura, é fundamental aperfeiçoar o sistema agrícola inteiramente, considerando suas dificuldades e desenvolvendo o equilíbrio entre rendimento agrícola, preservação ambiental e qualidade de vida da população. Esse ponto de vista holístico parece estar conforme os princípios da Pnater e exige uma modificação no formato de desempenho da Ater pública.

É nessa circunstância que as Emateres assumem o papel de agentes e instrumentos essenciais na implementação da Pnater e na propagação da agroecologia no espaço rural. As Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural têm papel essencial na

intermediação entre o Estado e os agricultores familiares, realizando a disseminação de ações sustentáveis, no fomento da estrutura social, na valorização da agricultura familiar e no acesso a políticas públicas como o Pnae e o PAA. Além disso, as Emateres utilizam ferramentas participativas para incentivar o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais de cada região do Brasil. Elas também trabalham em colaboração com as comunidades para criar resultados que levem em conta os contextos social, cultural e econômico, integrando-os aos princípios da agroecologia (Paiva, 2012; Altieri, 2001).

Desta maneira, a Pnater e a agroecologia podem ser compreendidas como instrumentos fortes que podem ser usados para construir um futuro mais sustentável, pois ao incentivar a introdução de práticas agroecológicas, a Pnater influencia em melhorias no campo, por meio de ações de Ater, como: cursos, oficinas, palestras, visitas e acompanhamento nas propriedades de agricultores, mutirões para auxiliar o acesso às políticas públicas como o Pnae, o Pronaf e o PAA, entre outros, implementação de sistemas agroflorestais (SAFs) e apoio na emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), auxiliando, dessa forma, as comunidades rurais, para que através dessas ações possam garantir a soberania alimentar, o fortalecimento dos saberes tradicionais e o bem-estar para as futuras gerações.

Portanto, a articulação entre a Pnater, a agroecologia e a atuação das Emateres, enquanto agentes e instrumentos para implementação e execução dessa Política, é primordial para estruturar o desenvolvimento rural sustentável no país. Mas, o fortalecimento desse vínculo requer investimentos constantes, qualificações para os extensionistas, investimentos nas instituições e o comprometimento do Estado com um modelo de Ater igualitário, abrangente e sustentavelmente responsável.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A seção está dividida em quatro subseções. Na primeira subseção são apresentados os perfis profissionais dos(as) extensionistas interlocutores(as) da pesquisa, assim como a formação profissional destes(as), o tempo de atuação e a forma de ingresso na Emater-PA Regional Tocantins. A segunda subseção apresenta as características de atuação dos(as) interlocutores dentro da empresa, evidenciando metas e objetivos de trabalho na instituição. A terceira e a quarta subseção mostram como a Agroecologia é entendida e adotada pela Emater-PA Regional Tocantins e por seus(as) técnicos(as), além dos desafios e perspectivas na atuação da Ater pública no Baixo Tocantins.

#### 4.1 Perfis e atuação dos(as) extensionistas da Emater-PA Regional Tocantins, interlocutores(as) da pesquisa

Foram entrevistados seis (6) extensionistas, que atuam nos escritórios locais de quatro (4) municípios de abrangência da Emater-PA Regional Tocantins. A força de trabalho da Regional Tocantins em 2025 é de 42 funcionários, destes 32 são extensionistas e os outros 10 realizam outras atividades como secretária, agente operacional e auxiliar administrativo (Emater-Pará, 2025). Do total de servidores, 12 são mulheres e 30 são homens. Estes(as) interlocutores(as) atuam na empresa há alguns anos, conforme detalhamento que será apresentado posteriormente, prestando assistência técnica e realizando ações de extensão rural aos agricultores, pescadores, extrativistas, aquicultores e quilombolas, os povos indígenas não são atendidos pelos escritórios locais entrevistados (Abaetetuba, Acará, Cameté e Limoeiro do Ajuru). A seguir, o Quadro 4 apresenta informações dos(as) interlocutores(as) entrevistados(as).

Quadro 4 - Extensionistas entrevistados(as) dos escritórios locais da Emater-PA Regional Tocantins

Extensionistas	Município que atua	Idade	Datas das entrevistas
Entrevistada 1	Cameté	55 anos	16/02/2025
Entrevistado 2	Limoeiro do Ajuru	51 anos	11/02/2025
Entrevistado 3	Abaetetuba	76 anos	14/02/2025
Entrevistado 4	Abaetetuba	70 anos	10/03/2025
Entrevistada 5	Acará	38 anos	06/03/2025
Entrevistado 6	Abaetetuba	46 anos	01/02/2025

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), de acordo com dados obtidos na pesquisa (2025).

No que diz respeito ao gênero dos(as) profissionais interlocutores da pesquisa constatou-se a prevalência do gênero masculino, sendo 4 homens, o que equivale a 66,7% da amostra e 2 (33,3% da amostra) mulheres interlocutores(as) da pesquisa. Em diversos setores de serviços da nossa sociedade, há uma predominância de trabalhadores do sexo masculino, enquanto o número de de funcionarias do sexo masculino tende a ser inferior. Onde a mulher tem papel em atividades específicas, contribuindo para o conjunto de tarefas realizadas. Como explicam Silva *et al.* (2020, p. 9), “a divisão sexual do trabalho divide também os espaços, sendo o feminino interno ou doméstico/reprodutivo e o masculino externo ou produtivo”.

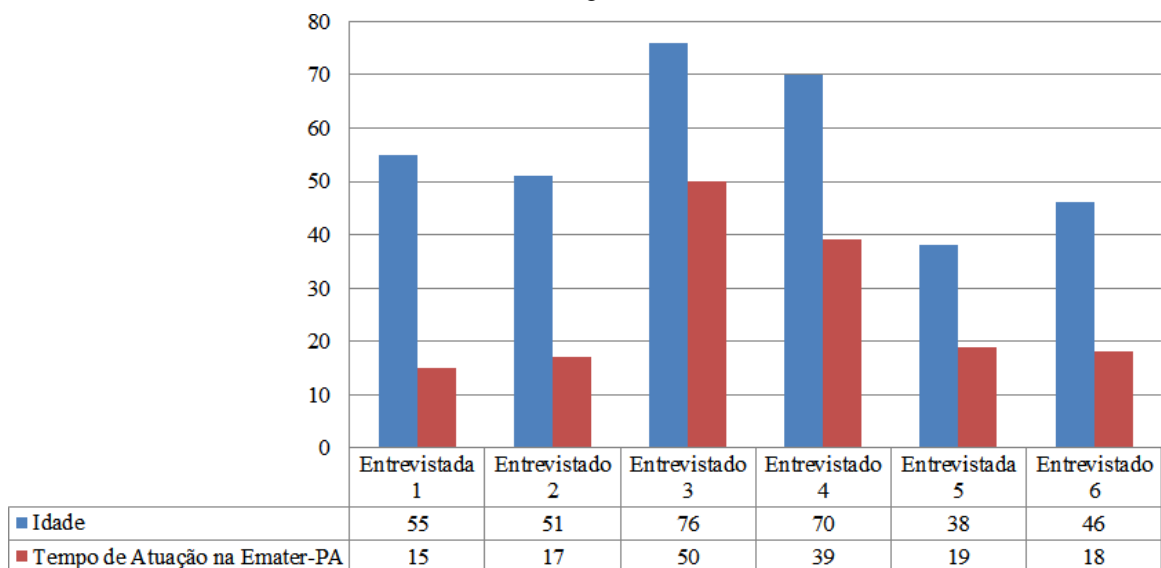
De acordo com isso, Monteiro (2008) analisou a Emater-MG e verificou que, apesar das políticas de gênero, mantém-se um *habitus* sexista na empresa, sendo o homem responsável pelas atividades técnicas da instituição. O autor conclui que essa abordagem contribui para o predomínio do sexo masculino na Ater pública. Silva *et al.* (2017) enfatiza que os extensionistas

homens da Microrregião Rio Doce no Espírito Santo, possuem dificuldade em introduzir temáticas de gênero em seus serviços de Ater e admitem que os servidores de extensão rural pertencem a uma sociedade machista, mostrando que os agentes de Ater seguem esses preceitos.

Tal cenário ecoa as constatações de Siliprandi e Cintrão (2015), que ressaltam como as desigualdades de gênero ainda dificultam a atuação das mulheres em atividades produtivas e nas decisões no campo. Apesar de a presença feminina ser vista como essencial para potencializar a inclusão de diversos grupos sociais, os achados indicam que a limitação de verbas e a especialização exigida podem ter perpetuado essa diferença entre os gêneros, confirmando estudos que defendem a criação de políticas focadas em aumentar a participação das mulheres nas equipes de extensão.

Em relação ao tempo de atuação dos(as) interlocutores(as) e a suas formas de ingresso na Emater- PA Regional Tocantins, os(as) extensionistas atuam há vários anos na empresa, sendo que o(a) servidor(a) com menos tempo na empresa possui 15 anos de atuação e o(a) mais antigo(a), 50 anos, conforme pode ser visualizado no Figura 5. Isso expõe que os(as) profissionais possuem larga experiência, vivências e conhecimentos relacionados às práticas de assistência técnica e extensão rural e em função do tempo de atuação na instituição, os(as) interlocutores(as) informaram já ter atuado e desempenhado diversas funções, incluindo direção/gestão, gerência regional, Ater em campo, administração, entre outros serviços.

Figura 5 - Gráfico do tempo de atuação e idades dos(as) extensionistas, interlocutores(as) da pesquisa, que atuam na Emater-PA Regional Tocantins



Fonte: Elaborado pelas autoras, de acordo com os dados da pesquisa (2025).

A partir da Figura 5 podemos observar que todos(as) os(as) funcionários(as) entrevistados possuem tempo considerável de exercício profissional, com destaque para o

Entrevistado 3, que atua na Emater há 50 anos, não sendo possível comprovar se o extensionista é aposentado, porém, este continua ativamente em serviço. Ele ingressou na instituição em 1975, e antes de entrar na empresa, em 1972, fez o curso Técnico em Agropecuária na Escola Agrotécnica Federal de Castanhal. A formação profissional dos extensionistas interlocutores requer reflexão, pois todos obtiveram formação em ciências agrárias clássicas, orientadas pela agricultura convencional. Essa formação pode restringir a implementação de práticas articuladas e participativas, como as da agroecologia, que promovem a diversificação, a sustentabilidade e o empoderamento das comunidades. Dessa forma, é fundamental repensar capacitações que relacionem os conhecimentos tradicionais com os fundamentos da agroecologia, potencializando a atuação dos extensionistas no Baixo Tocantins (Caporal, 2004; Caporal, 2009).

Considerando que os(as) interlocutores possuem idades acima dos 35 anos, podemos observar na Figura 5 que todos os extensionistas contam vários anos na Emater. Em outra pesquisa, Marreiros da Silva *et al.*, 2023 identificou que os extensionistas do estado do Rio Grande do Sul dispõem de idades entre 31 a 60 anos. Já outro estudo feito no Amazonas analisou que os servidores de Ater possuem entre 30 a 69 anos (Marreiros da Silva *et al.*, 2023).

Além disso, das seis (6) pessoas entrevistadas, cinco (5) informaram ter entrado na empresa por meio de concurso público<sup>5</sup>, o que, conseqüentemente, mostra estabilidade profissional junto à organização. E uma informou ter entrado na Emater-PA Regional Tocantins a partir de contratos<sup>6</sup>.

Após o último concurso, realizado em meados de 2005, a Emater-PA executou apenas Processos Seletivos Simplificados (PSS)<sup>7</sup>. Esses PSS são divulgados por meio do site [www.sipros.pa.gov.br](http://www.sipros.pa.gov.br). Entretanto, os últimos PSS (2020 e 2023) foram, sobretudo, destinados para outras Regionais da Emater-PA (Altamira, Capanema, Castanhal, Conceição do Araguaia,

---

<sup>5</sup> O concurso público é o meio legal utilizado por instituições públicas para a ocupação de cargos públicos. Todos que tiverem os requisitos determinados pelo edital podem participar. Essas condições variam conforme a função que o inscrito vai exercer, e geralmente essas exigências abrangem pontos como qualificação profissional, idade mínima, preparo físico, entre outros, tornando o concurso transparente (Folha Dirigida, 2024).

<sup>6</sup> Conforme a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), o contrato de trabalho é uma declaração combinada entre o contratante e o contratado, que estabelece as condições das atividades profissionais que serão exercidas. Esse tipo de contrato pode ser feito de forma verbal, firmado na confiança, ou efetivado mediante um documento que respalda o contrato. Porém, nem todos os contratos criam uma relação de emprego, pois o contratado pode ou não se encaixar nos direitos trabalhistas instituídos pela CLT (Magalhães, 2025).

<sup>7</sup> O PSS é a forma utilizada por instituições públicas para a execução de contratos temporários, com intuito de suprir a necessidade momentânea em serviços e por tempo limitado (Prefeitura de Curitiba, 2025).

Ilhas, Marabá, Marajó, Médio Amazonas, Santarém, São Miguel do Guamá e Tapajós). Mesmo assim, foi identificado, a partir da pesquisa, que os únicos escritórios locais da Regional Tocantins que receberam profissionais temporários foram Abaetetuba e Barcarena. E até o término desta pesquisa não houve previsão de concurso para preenchimento de cargos efetivos na instituição.

Sobre o panorama dos tipos de contratações feitos pela Emater-PA, vale ressaltar ainda que talvez em função da empresa ter realizado o seu último concurso público há 16 anos, esse pode ser o motivo da equipe técnica ter faixa etária elevada. Todavia, em 2020 e 2023, a empresa efetuou novas seleções de funcionários por meio de PSS incluindo os escritórios de Abaetetuba e Barcarena. Porém, a contratação de servidores não está acontecendo em grande proporção, mas somente a partir da abertura de vagas para poucos cargos (Delgrossi *et al.*, 2024).

Quando indagados sobre a experiência com Ater antes de entrarem na Emater Regional Tocantins, três (3) interlocutores(as) responderam que não possuíam experiência anterior com assistência técnica e extensão rural, enquanto os outros três (3) responderam que possuíam experiências prévias de extensão rural, em instituições como a Emater Rondônia, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará) e a Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Cametá.

Segundo as entrevistas, essas experiências anteriores contribuíram bastante para a atuação dos(as) extensionistas. A Entrevistada 1, por exemplo, informou ter trabalhado por cinco (5) anos na Prefeitura de Cametá, na Secretaria de Agricultura. Outra experiência é a do Entrevistado 4, que trabalhou na Emater de Rondônia de 1980 a 1985, ou seja, trazendo experiências/vivências importantes para compartilhar e trocar com os(as) agricultores(as), contribuindo para melhorias na produção agrícola e nos estabelecimentos rurais familiares.

Outras pesquisas indicaram situações semelhantes e distintas dos casos dos(as) extensionistas da Emater-PA Regional Tocantins em relação a experiência prévia de extensionistas antes destes ingressarem na Emater. Por exemplo, na Emater-RO, os agentes agiram a partir dos anos 1970 em ações como formulação de crédito rural e condução de serviços de Ater, previamente à estruturação oficial da Acar-RO (Emater-RO, 2018). Na Emater-GO houve situações onde os técnicos iniciaram sem treinamento, assimilando no cotidiano extensionista, criando relações permanentes e firmes com as populações rurais (Emater-GO, 2023). Também, os aprendizados de estudantes em estágios na Emater-RS e em projetos de extensão constataram que a abordagem inicial com o campo colabora para o preparo dos futuros extensionistas (Silva; Bianchini, 2018).

Sobre a realização de cursos e/ou capacitações para atuarem como extensionistas no ato da entrada na empresa, o Quadro 5 representa as respostas dos(as) interlocutores(as) da pesquisa.

Quadro 5 – Treinamento, Curso ou Capacitação realizada no ato de entrada na Emater-PA Regional Tocantins.

Interlocutor	Treinamento/Curso/Capacitação	Local (Cidade/Estado)	Carga Horária
Entrevistada 1	Pré-serviço	Bragança	40 horas
Entrevistado 2	Pré-serviço	-	80 horas
Entrevistado 3	Pré-serviço (Capacitação inicial)	Belém	100 horas
Entrevistado 4	Pré-serviço (Capacitação inicial)	Amazonas	60 dias
Entrevistada 5	Pré-serviço (Capacitação inicial)	Belém	200 horas
Entrevistado 6	Pré-serviço	Belém	40 horas

Fonte: Elaborado pelas autoras, de acordo com dados da pesquisa (2025).

Segundo a pesquisa de campo, esse pré-serviço é um procedimento realizado antes que o(a) contratado(a) inicie as atividades em estipulado cargo ou função na empresa. O objetivo principal é capacitar os servidores para realizarem suas responsabilidades de maneira competente, nivelando às orientações, processos e formalidades da empresa e do setor em que irá dedicar-se. Esse tipo de treinamento pode incluir temas como: políticas públicas para agricultura familiar, metodologias de assistência técnica e extensão rural, além de características administrativas da instituição (Nunes; Silva; Sá, 2020). Normalmente, esse treinamento pode abranger aulas teóricas, práticas supervisionadas por profissionais mais experientes da Emater-PA, e o treinamento é essencial para garantir que os novos profissionais tenham aptidão para realizar suas atribuições com qualidade e segurança.

Segundo o Quadro 6, os(as) interlocutores(as) mais velhos receberam mais tempo de pré-serviço, o que mostra que ocorreram transformações na formação dos extensionistas ao longo dos anos. Souza e Caume (2008), Silva Filho (2005) e Queiroz (2004) expõem que os servidores de Ater mais veteranos, principalmente os que começaram a trabalhar com Ater entre os anos de 1960 e 1980, recebiam pré-serviço extenso, sendo que essa preparação tinha como objetivo estruturar tecnicamente os novos extensionistas, para trabalhar em conjunto com os agricultores. Dessa forma, Silva Filho (2005), destaca que as capacitações iniciais eram feitas em centros profissionais, como o Centro de Treinamento de Viçosa. Esse pré-serviço tinha duração de 300 horas e sua ementa era composta por aulas teóricas e práticas, com foco em métodos de intervenção, planejamento de projetos e ferramentas de Ater.

Souza e Caume (2008) fortalecem essa concepção ao apontar que esse tipo de capacitação pretendia à sistematização das ações extensionistas, assegurando que os técnicos estivessem estruturados de acordo com às normas institucionais. Também Queiroz (2004)

ressalta que os servidores de Ater mais antigos foram capacitados em uma época em que a extensão rural era concentrada e intensamente motivada por um fundamento desenvolvimentista. Nessa circunstância, os extensionistas eram instruídos a realizar ações com um modelo técnico-difusionista, no qual passar o conhecimento para os agricultores era a meta principal.

Essa situação contrapõe com a capacitação dos profissionais de extensão rural atuais, tendo em vista que a formação mudou para uma mais holística e duradoura, focando em metodologias participativas e pensando nas especificidades socioculturais das comunidades rurais.

Já em relação ao grau de escolaridade dos(as) interlocutores(as), foram identificadas as formações que constam no Quadro 6.

Quadro 6 - Formação dos(as) extensionistas interlocutores(as) da pesquisa

Entrevistado	Formação Superior / Técnica	Especialização (Pós-graduação Lato Sensu)
Entrevistada 1	Engenharia Agrônômica	Agricultura Integrada na Amazônia
Entrevistado 2	Tecnólogo em Gestão Ambiental e Engenharia Agrônômica	Sistemas Agroflorestais
Entrevistado 3	Técnico em Agropecuária	Não possui especialização
Entrevistado 4	Engenharia Agrônômica	Práticas Agrônômicas
Entrevistada 5	Engenharia Agrônômica	Educação do Campo e Extensão Rural
Entrevistado 6	Engenharia Florestal	Engenharia de Segurança do Trabalho

Fonte: Elaborada pelas autoras, de acordo com os dados da pesquisa (2025).

A formação profissional é essencial, pois tem efeito diretamente na qualidade do serviço fornecido aos agricultores familiares. Essas formações ajudam a realizar uma ponte entre o conhecimento teórico e as experiências empíricas dos agricultores, fomentando o desenvolvimento sustentável e o avanço na qualidade de vida das famílias do espaço rural (Simões, 2021). Conforme a análise dos dados ficou evidente pelos perfis de alguns extensionistas que dispõem de amplo conhecimento na área do meio ambiente e Ater.

Nesse contexto, Freire (2005) e Caporal e Costabeber (2004) ressaltam que a comunicação entre distintas formas de conhecimentos é essencial para uma conduta extensionista vinculada com a mudança social. Esse ponto de vista favorece o protagonismo dos agricultores, valoriza os saberes populares e desenvolve ações de desenvolvimento rural

sustentável. Petersen *et al.* (2012) destacam que a atuação extensionista bem estabelecida colabora de modo direto ao desenvolvimento da qualidade de vida das comunidades agrícolas, principalmente quando norteada por fundamentos agroecológicos e inclusão social e da construção conjunta dos saberes.

Entretanto, ao analisar o Quadro 6, percebemos que nenhum extensionista tem formação específica em agroecologia, seja em nível técnico, de graduação ou pós-graduação. Ao mesmo tempo, a Pnater tem a agroecologia como um princípio básico para as ações e os serviços da Ater pública. Segundo o Brasil (2014), os(as) extensionistas são responsáveis, principalmente os(as) especializados(as) em agroecologia, em fortalecer a agricultura familiar, atuando como intermediador(a) social e prezando pelos conhecimentos tradicionais e coletivos. Diante disso, entende-se que a atuação de profissionais qualificados em agroecologia, em atenção às normas da Pnater, é essencial no atual cenário de crise climática e insegurança alimentar.

Além disso, no contexto da Ater, a agroecologia pode desempenhar um papel fundamental na distribuição e disseminação dos conhecimentos populares e dos extensionistas, sendo ambos os conhecimentos essenciais para a gestão dos estabelecimentos e para a sociedade rural. Segundo Caporal e Costabeber (2004), o(a) profissional de Agroecologia exerce função essencial na promoção da agricultura sustentável, nivelando a produção/comercialização de alimentos com a conservação ambiental e a qualidade de vida da população, sendo sua atuação relevante em diferentes áreas como: na sustentabilidade, na intervenção da degradação ambiental, no fomento à utilização eficiente dos recursos da natureza, orientando práticas agrícolas menos agressivas e degradantes ao meio ambiente e, conseqüentemente, contribuindo para a saúde e bem-estar da sociedade. Complementarmente, Gliessman (2005), destaca que a presença do agroecólogo nas práticas agrícolas envolve o conhecimento científico aos saberes tradicionais, favorecendo o meio ambiente e a sociedade através das práticas alternativas, reduzindo a dependência de recursos externos e fomentando a biodiversidade.

Levando em conta o que foi expresso, na próxima subseção analisaremos como ocorre a atuação profissional dos(as) extensionistas interlocutores da pesquisa na Emater.

#### **4.2 Atuação dos(as) extensionistas na Emater-PA Regional Tocantins**

Na atuação profissional dos(as) servidores(as) foi perguntado quais atividades são realizadas com maior e menor frequência, sendo os resultados expressos no Quadro 7.

Atividades Realizadas	Entrevistada 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistada 5	Entrevistado 6
Capacitação de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, produtores rurais etc.		✓	✓	✓	✓	✓
Emissão de Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) para as categorias contempladas	✓	✓	✓		✓	✓
Ater para produção agroextrativista (açai, mandioca etc.), análise de solos		✓	✓	✓	✓	✓
Ater para a regularização de empreendimentos agroindustriais e coletivos (associações, cooperativas) da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais	✓				✓	
Visitas técnicas periódicas para diagnóstico e plano produtivo de propriedades rurais e/ou elaboração de Cadastros Ambientais Rurais (CARs)	✓	✓	✓	✓		✓
Elaboração e acompanhamento de projetos Pronaf Agroecologia						✓

para crédito rural e financiamento a agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, povos e comunidades tradicionais						
Elaboração e acompanhamento de projetos Pronaf A e B para crédito rural e financiamento a agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, povos e comunidades tradicionais	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Ater para criação animal (bovinocultura, avicultura, aquicultura, por exemplo)	✓	✓	✓			✓
Aplicação de ferramentas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP)	✓					

Fonte: Elaborada pelas autoras, de acordo com dados da pesquisa (2025).

O Quadro 7 revela as diversas atividades desenvolvidas pelos extensionistas da Emater-PA Regional Tocantins e a importância da integração com a política de Ater pública brasileira e seguindo os fundamentos da agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável.

A capacitação de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, destacada por cinco dos seis interlocutores(as), é uma das principais tarefas da Ater, de acordo com Caporal e Costabeber (2002), que indicam a educação não formal como base fundamental das ações agroecológicas na extensão rural. A emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), também citada por cinco interlocutores(as), constata a responsabilidade em relação a procedimentos administrativos que a Ater rege em conjunto às políticas públicas, além disso, como é capaz de constituir um primeiro passo para a identificação das personalidades sociais e produtivas dos agricultores familiares de acordo com Silva (2020).

Os serviços direcionados à produção agroextrativista, como o açaí e a mandioca, e à criação animal, como aves e peixes, destacados por cinco dos seis entrevistados expõem a conexão direta entre os agentes de Ater e os agricultores com as atividades produtivas da região Norte. Petersen *et al.* (2012) explicam que a extensão agroecológica precisa estar sempre alerta quanto às características diversas dos agroecossistemas, promovendo a transformação produtiva e respeitando o conhecimento tradicional.

Na elaboração de projetos Pronaf Agroecologia, indicado por um dos seis interlocutores(as), destaca-se a importância do acesso ao crédito norteado por fundamentos sustentáveis. Porém, constata-se através da pesquisa a baixa realização da mesma, tendo em vista sua importância na transição dos sistemas produtivos sustentáveis, oferecendo crédito às famílias agrícolas que realizam atividades agroecológicas (Brasil, 2014). Em relação aos Pronaf A e B que foram destacados pelos seis (6) interlocutores(as) ambos desempenham função estratégica na propagação da inclusão produtiva e social no espaço rural, fortalecendo a agricultura familiar, multiplicando as oportunidades de emprego e reduzindo a desigualdade social, sendo essencial ao desenvolvimento rural sustentável (Brasil, 2014). De acordo com Rosset e Altieri (1997), o subsídio da agricultura familiar é necessário estar sempre ligado ao cuidado ao meio ambiente e à autogestão do campo.

As visitas técnicas foram destacadas por cinco dos seis interlocutores(as) e ocorreram tanto em razão da elaboração de diagnósticos como para fazer CARs. Ao demonstrarem o dia a dia das práticas extensionistas, Borsatto *et al.* (2022), ao analisar os desafios atuais da Ater, refletem que para conseguirem aplicar as metodologias e ações nas comunidades, precisa ocorrer a troca de saberes e a escuta ativa. Vale destacar que são nas visitas técnicas que ocorre a observação da área e produção para expedição do CAFs e CARs, para acesso a crédito rural, acompanhar a produção e realizar assistência técnica, é nessas visitas que a Agroecologia, como prática agroecológica pode ser implementada/executada. A aplicação de DRP, foi menos citada pelos interlocutores(as), porém esse método é fundamental para a construção coletiva

dos procedimentos de mediação. Conforme FAO (2005), o DRP beneficia a atuação das comunidades e a tomada de decisões coletivas. Por fim, a organização dos empreendimentos comunitários, como cooperativas e associações que foi destacado por dois dos seis interlocutores(as), Bianchini e Silva (2018), valorizam essa dimensão e indicam a importância da extensão para a junção da sociedade e a produção dos agricultores familiares. Essas organizações são de grande importância para o fortalecimento das comunidades, favorecendo na construção de uma microempresa por exemplo, trazendo oportunidades diversas como emprego, soberania alimentar e empoderamento entre outras na comunidade.

O Quadro 8 permite observar as diversas atividades desempenhadas pelos extensionistas e sua agregação junto aos fundamentos políticos, técnicos e formativos da Ater pública. As Emateres fortalecem a complexidade das ações extensionistas e enfatiza a carência de abordagens holísticas para os agricultores familiares tendo como ênfase o desenvolvimento rural sustentável.

Na atuação dos(as) extensionistas interlocutores(as) do estudo, quando perguntado quais as principais metas da empresa, a maioria indicou que estas são estabelecidas anualmente, a partir do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater). A Emater-PA aponta, em seu portal institucional, a relevância do Proater como ferramenta de gerenciamento e administração:

Com o intuito de cumprir com o papel de agente de desenvolvimento sustentável, nos últimos anos a Emater-Pará utiliza como ferramenta de gestão das atividades de Ater o Plano de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater) como norteador de todas as atividades da empresa onde são planejadas as ações compreendendo os níveis municipal, regional e estadual em consonância com as diretrizes e programas do Governo do Estado do Pará e sua missão institucional, estabelecendo metas de acordo com a previsão orçamentária e com sua capacidade de articulação de parcerias (Pará, 2025).

Conforme os relatos dos(as) extensionistas interlocutores(as), compreendeu-se que essas metas são realizadas no dia a dia. Como afirma o Entrevistado 2: “A meta é atender 124 famílias por ano no município de Limoeiro do Ajuru. Isso vem de cima, da Regional, e a gente organiza o trabalho a partir disso” (Entrevistado 2, 11/03/2025). O Entrevistado 3 destaca um entendimento mais elaborado sobre o trabalho dos extensionistas, ao dizer: “Que a meta é trabalhar com produtores isolados, cooperados, associativismo e indústria rural caseira no município de Abaetetuba. Essas metas são realizadas conforme o planejamento e recursos da empresa” (Entrevistado 3, 30/06/2025).

Os relatos indicam que, mesmo que as metas estejam normalizadas institucionalmente, a realização dessas nos municípios de abrangência da Emater-PA Regional Tocantins carece de adaptação dos servidores da empresa, principalmente pensando na realidade e especificidade de cada município. Borsatto *et al.* (2022) reforçam que ocorre uma “dupla mediação” da Ater pública, pois, por um lado, tem-se a demanda de realizar as metas descritas no documento da empresa o Proater, e, por outro lado, o desafio de atender as diferentes realidades dos agricultores familiares. Nesse contexto, Caporal e Costabeber (2002) enfatizam que a eficiência da extensão rural está exclusivamente junto à sua aptidão em dialogar com a população rural, indo além de um sentido apenas técnico, pensando de acordo com as limitações de cada região. As avaliações do Proater indicam que a Emater-PA, contemplando a Regional Tocantins, empenha-se em executar as metas da Ater determinadas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, analisando o desempenho de seus serviços através de indicadores de rendimento e porcentagem de compatibilidade.

Os indicadores analisam a extensão dos serviços, a aptidão técnica e a utilização de tecnologias sustentáveis pelos agricultores familiares, ponderando o grau de concordância às metodologias sugeridas pela assistência técnica e extensão rural. Nessa perspectiva, verifica-se que as Emateres desenvolve ações relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente a ODS 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável, o ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis, e o ODS 15 Vida Terrestre, através de treinamento, fomento à diversificação da produção e desenvolvimento de práticas sustentáveis. Entretanto os relatórios mostram progresso relevante, há variações nas Emateres na aplicação de metodologias e nos resultados alcançados, indicando desafios no alinhamento adequação com os objetivos da Ater e das ODS (Emater-PA, 2025; Vilela; Brum Soares; Wagner, 2019).

As narrativas dos(as) extensionistas interlocutores(as) da pesquisa indicam uma concepção de Ater, que mesmo seguindo as metas, procura manter o foco nos agricultores familiares e nos seus estabelecimentos, e isso vem ao encontro com os fundamentos da Pnater, os quais buscam favorecer a sustentabilidade, o desenvolvimento rural sustentável e a valorização do espaço rural e do papel das pessoas que nele residem.

Além do exposto, ainda foi perguntado aos interlocutores(as) sobre sua atuação e/ou participação em redes de Ater, sendo que de seis (6) entrevistados apenas um (1) respondeu que participa ou já participou. A Entrevistada 1, por exemplo, relatou que participou da Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (Apacc), que tem a missão de colaborar pelo direito à educação e ao trabalho, em ações comunitárias e solidárias, objetivando o

desenvolvimento sustentável e a justiça nas comunidades da Amazônia. Essa associação está localizada no município de Cametá, e atua em prol da agroecologia e da agricultura familiar, contribuindo para a produção de alimentos saudáveis, buscando garantir a segurança alimentar da população assistida. Além disso, atua no fortalecimento da sociedade civil, ampliando as parcerias entre as organizações e os movimentos sociais, e consolidando atitudes de reflexão, organização coletiva das populações (Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes - Apacc, 2025). Outra rede citada pela Entrevistada 1 foi a Rede Jirau, que é uma organização social ligada à agricultura familiar e os povos tradicionais, que tem como ator social a Apacc. Percebe-se a falta de participação dos interlocutores(a) nas redes citadas ou outras, sendo que as redes de Ater são essenciais para o desenvolvimento das comunidades, que utilizam recursos governamentais e não governamentais para realização de projetos, incentivo à agroecologia, ações e palestras que assegurem a continuidade da vida no campo (Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes - Apacc, 2025).

De acordo com Caporal e Costabeber (2004) as redes de Ater são locais de troca de vivências, fortalecimento da agroecologia e autonomia das comunidades rurais. Altieri e Nicholls (2020), evidenciam o papel das redes para estabelecer uma Ater pública igualitária e participativa, ao fomentar a comunicação entre as instituições de assistência técnica, seus técnicos e os agricultores, sendo as redes de Ater o apoio na superação do fundamento técnico-produtivista, presente ainda na extensão rural.

A baixa participação dos extensionistas em redes de Ater vista neste trabalho é provavelmente por fatores como excesso de serviços, carências de estímulo por parte da empresa ou não terem conhecimento em relação às redes. Como indica Grisa e Schneider (2015), as metas estipuladas pela instituição muitas vezes prende o trabalho dos extensionistas, impedindo sua inclusão em ambientes sociais e de conexão política. A participação nessas redes demanda abertura, troca de conhecimentos, refletir, criticar e partilhar ações, coisas que nem sempre são prestigiadas pelas empresas públicas de Ater (Caporal; Costabeber, 2006). A falta dessa integração pode restringir o ingresso no aperfeiçoamento de ferramentas metodológicas e o fomento de um perfil profissional aderido aos fundamentos da agroecologia, como emancipação e autonomia dos agricultores familiares.

A atuação dos(as) extensionistas interlocutores(as) da Emater-PA Regional Tocantins expressa um pensamento diretamente ligado aos objetivos da empresa, mas também aponta o interesse de adequação às especificidades da região e demandas dos agricultores familiares e demais públicos-alvo da empresa. Ainda que ocorram progressos, as ações extensionistas enfrentam obstáculos ligados à estruturação da empresa e articulação em redes, o que acaba

diminuindo a amplitude da Ater na promoção de serviços mais associados à agroecologia e inovadores.

Diante dessas circunstâncias, é essencial verificar como a Ater pública comunica-se com a agroecologia na Emater-PA Regional Tocantins. As duas próximas seções apresentaram essa associação, destacando os desafios para a estabilização da agroecologia como pilar principal nas ações de Ater pública no caso estudado.

### **4.3 Ater pública e a sua relação com a Agroecologia nos municípios de abrangência da Emater- PA Regional Tocantins**

Como já mencionado na metodologia, o recorte desta pesquisa são os municípios de Abaetetuba, Acará, Cametá e Limoeiro do Ajuru, que fazem parte dos municípios de abrangência da Emater-PA Regional Tocantins. Sendo assim, quando questionamos sobre a influência e/ou participação da Ater pública nas mudanças tecnológicas que ocorreram da agricultura brasileira, como a intensificação no uso de maquinários, agrotóxicos, fertilizantes, melhoramento genético de espécies etc., as respostas se deram no sentido, sobretudo, de indicar que sim, a Emater teve influência nas mudanças tecnológicas principalmente no passado pela Revolução Verde. Contudo, ao longo do tempo outras mudanças com foco na agroecologia foram incorporadas.

Por exemplo, a Entrevistada 5 afirmou que, no passado, sim, a Ater influenciava, pois a extensão rural pública disseminava através de meios de comunicação informações que chegavam ao público atendido. Mas, atualmente, o foco está em dialogar e entender a realidade dos agricultores, buscando desenvolver tecnologias que causem o menor impacto social, ambiental e econômico possível. Essa mudança de perspectiva na atuação da Ater pública no país conversa com os fundamentos da agroecologia, que visam, entre outros objetivos, o diálogo e a troca de saberes, o enaltecimento a valores locais e a implantação coletiva de escolhas sustentáveis (Altieri; Nicholls, 2020; Caporal; Costabeber, 2006; Bergamasco; Silva, 2007). De forma complementar, o Entrevistado 6 acrescentou que a Ater pública lida com essas questões diretamente e acaba por sugerir e/ou influenciar no uso dessas tecnologias. Destacou-se ainda o relato da Entrevistada 1, que explicou que no município em que atua (Cametá), usa atualmente o mínimo de tecnologia derivadas da Revolução Verde, sendo mais usada na pimenta-do-reino, para o combate das doenças e adubos químicos.

Essas descrições expõem que a Ater pública no Baixo Tocantins parece direcionar suas atividades e recomendações para uma agricultura de baixo impacto, não sendo totalmente

agroecológica pois ainda há o uso de insumos químicos, agrotóxicos e atividades que impactam negativamente o meio ambiente e a sociedade, isso é um grande desafio na busca da transição agroecológica. Grisa e Schneider (2015) destacam que esse desafio se encontra em estimular práticas ecológicas, ultrapassando as limitações administrativas e burocráticas que ainda delimitam o estabelecimento de uma Ater pública envolvida com as comunidades rurais e com o desenvolvimento rural sustentável.

Levando em conta o exposto, foi perguntado se essas mudanças tecnológicas na agricultura estão ocorrendo nos municípios de atuação dos(as) extensionistas interlocutores(as), e se estas têm gerado consequências (negativas ou positivas), e ainda, se a Emater teve papel ou influência para que elas ocorressem: 33,33% (2) desses(as) relataram que essas mudanças tecnológicas na agricultura não ocorreram. Por exemplo, o Entrevistado 2 diz: “Em função de Limoeiro do Ajuru ter 95% de território de várzea, a atividade ainda não sofre essas mudanças tecnológicas” (11/03/2025). 33,33% (2) dos interlocutores(as) mencionam que a Emater não teve papel ou influência nas mudanças tecnológicas, porém o Entrevistado 6 relata que “essas mudanças tecnológicas ocorrem todos os dias à medida que o técnico contribui com sugestões que visem a melhoria da produção e qualidade de vida do produtor rural” (26/02/2025).

Em relação às ações, atividades, estratégias e/ou planejamentos feitos para que a prestação de serviços de Ater ofertada pela instituição cumpram o que é estabelecido na missão e nos valores da Emater, os seis (6) interlocutores(as) citaram o documento da Proater, onde constam os planejamentos de todo o ano de cada escritório. Além disso, por meio deste é feita a prestação de contas do serviço realizado de cada escritório local. Assim, podemos entender, através da exposição dos(as) interlocutores(as), que o Proater é a principal ferramenta de elaboração e planejamento das ações da empresa nos municípios atendidos pela Regional Tocantins, sendo que todos explicam que o Proater é fundamental para que as atividades se alinhem à missão e os valores da Emater-PA.

Em alinhamento à perspectiva de Caporal e Costabeber (2006), pode-se considerar os relatos dos(as) extensionistas interlocutores(as), que informaram realizar palestras/cursos, como o de manejo de mínimo impacto em açaiçais nativos. Um relato interessante neste sentido é feito pela Entrevistada 1, que explica que as ações realizadas contribuem com soluções para agricultura familiar, a partir de serviços de assistência técnica e extensão rural baseados em princípios éticos e agroecológicos, bem como na implantação de sistemas produtivos diversificados capazes de oferecer bens e serviços ambientais para diferentes realidades nas comunidades rurais e ainda contribuir para o fortalecimento das cadeias prioritárias. Caporal e Costabeber (2006) relatam, que sustentam uma extensão rural direcionada para participação e

elaboração coletiva, valorização da cultura local e para o fortalecimento das vivências das pessoas que residem nessas comunidades agrícolas.

Em relação a contribuição da Ater pública do Baixo Tocantins para a elaboração e/ou implantação de políticas públicas e práticas produtivas relacionadas à agroecologia nos municípios do território, os dados da pesquisa indicaram que em Limoeiro do Ajuru o Entrevistado 2 trabalha junto do Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural, práticas que visam o não uso do fogo, assim como o não uso de agrotóxicos. Sobre a temática, o Entrevistado 6 relata que:

Os escritórios da Emater como um todo procuram desenvolver seus trabalhos visando incluir em suas metodologias as questões agroecológicas, assim, os projetos feitos, as capacitações junto aos produtores, as palestras etc., sempre são no sentido agroecológico, uma vez que a direção da empresa, por ter em sua composição sempre profissional do quadro técnico e por consequência, conhecimento de causa, sempre é incentivada a produção com tecnologias e considerando sempre as questões ambientais (Entrevistado 6, 26/02/2025).

Isso está em concordância com o que Altieri e Nicholls (2020) denominam de transição agroecológica institucional, que necessita de envolvimento técnico e político. Caporal e Costabeber (2006) enfatizam que a assistência dos extensionistas em ambientes interativos reforça políticas para o espaço rural. Já Bergamasco e Silva (2007) salientam a relevância da Ater pública na propagação de sistemas ecológicos adequados a contextos locais, como, no caso, no manejo de açaí, cacau e miriti (ou buriti).

Já em relação a percepção dos(as) interlocutores(as) sobre uma atuação (individual e da empresa) alinhada (ou não) com a agroecologia e com práticas agrícolas sustentáveis, os(as) extensionistas explicaram que a missão da Emater-PA é contribuir com soluções para a agricultura familiar com serviços de assistência técnica, extensão rural baseados nos princípios éticos e agroecológicos, com respeito ao meio ambiente e à sociedade e obediente aos princípios da agroecologia. A explicação oferecida pelos interlocutores(as) da pesquisa está em concordância com a opinião dos autores Caporal e Costabeber (2006), que sustentam a relevância de uma Ater agroecológica como ações de ensino direcionadas para alteração das realidades do campo, apoiadas no respeito à cultura local. Complementarmente, Altieri e Nicholls (2020) explicam que a agroecologia não está ligada apenas à técnica, mas também abrange princípios sociais e a relação entre agricultores, técnicos e a natureza.

Ainda neste sentido, os(as) extensionistas utilizam o termo ‘questões ambientais’, para explicarem que possuem certo conhecimento e procuram sempre desenvolver seus trabalhos oferecendo orientações nessa direção, incluindo, por exemplo, a conscientização dos(as)

agricultores(as)es em relação a reduzir ou evitar o uso dos insumos químicos na produção, além de alertar sobre os riscos da roça com fogo e também como todas essas questões causam impactos no meio ambiente, e como os serviços da Emater são contínuos é possível acompanhá-los, levando as orientações dos extensionistas e colocadas em prática junto ao agricultor familiar.

Estes dados indicam que a extensão rural no Baixo Tocantins parece estar seguindo alguns princípios da agroecologia, no sentido de apoiar a promoção da autonomia e autossuficiência das comunidades rurais (Bergamasco; Silva, 2007). Isso mostra que ao longo dos anos a Emater-PA está utilizando de técnicas e ações sustentáveis (segundo os objetivos da empresa) na atuação com os agricultores, essas técnicas e ações trouxe diversos benefícios às comunidades rurais como por exemplo o manejo do bacurizal em Abaetetuba, onde 30 mulheres quilombolas, receberam orientações da Emater-PA de como manejar o fruto, com objetivo de ampliar a produção e criar redes de comercialização e o empoderamento feminino, além do uso da fruta para subsistência. Esse manejo tem viabilidade através do Projeto Putirum (em tupi alguma coisa como “mutirão”), idealizado pela Associação das Mulheres Quilombolas Agroextrativistas do Ramal do Bacuri (Raízes do Brasil), com apoio financeiro não-governamentais (ONG) Cáritas Brasileira, com apoio do governo do Estado e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) (Pará, 2024).

Do mesmo modo, também parece estar, em certa medida, alinhada à prática extensionista inovadora, pois como refletem Bergamasco e Silva (2007), a prática extensionista inovadora deve apresentar três sentidos fundamentais: a assistência técnica por meio de visitas frequentes, a educação extensiva com troca de conhecimentos, e a colaboração, em conjunto, entre os extensionistas e os agricultores. Essa atuação pode promover efeitos favoráveis efetivos, como o estímulo à segurança alimentar, o desenvolvimento da produção e a agricultura sustentável nas comunidades. Além disso, quando a Ater pública considera as bases da agroecologia e respeita as diversidades dos territórios, deixa de ser apenas um serviço técnico e passa a ser uma ferramenta fundamental no desenvolvimento rural sustentável.

Nesse processo, o diálogo entre técnicos(as) e agricultores(as) deve ser valorizado, sendo este, muitas vezes, apoiado pelo uso de metodologias e ferramentas participativas. Sobre isso, o Entrevistado 6 explicou que:

é fundamental para o sucesso do trabalho a ser feito, pois deve haver essa interação junto aos produtores para que possa se levar os trabalhos para dentro dessas comunidades e entender a realidade de cada um ali em seu meio, sua cultura, a forma como veem a agricultura, as políticas públicas e como se veem perante a sociedade (Entrevistado 6, 26/02/2025).

De maneira similar, a Entrevistada 5 relata que “Dialogar com as comunidades e os agricultores sempre é a melhor solução para traçar as estratégias de desenvolvimento” (06/03/2025). Destarte, as falas dos(as) interlocutores(as) podem ser relacionadas ao que Caporal e Costabeber (2006) argumentam ao afirmarem que a agroecologia precisa de atividades extensionistas que dialoguem com as comunidades, onde os saberes são compartilhados e são construídos juntos. E, nesse processo, as ferramentas metodológicas são fundamentais para favorecer a autonomia dos agricultores, estimular as relações da comunidade e elaborar ações que visam o desenvolvimento rural sustentável, considerando sempre as diversidades de cada local.

Buscando compreender também como princípios da agroecologia podem estar sendo considerados e estimulados a partir de orientações diretamente relacionadas aos sistemas de produção, os(as) extensionistas interlocutores(as) foram questionados sobre a sua percepção em relação às possibilidades e limitações de uma agricultura de base agroecológica no Baixo Tocantins. Assim, quando perguntados se acham possível praticar uma agricultura sustentável e de base agroecológica, sem o uso de agroquímicos no território, todos os interlocutores(as) responderam que sim. Segundo relatos, no caso das ilhas, a questão dos insumos químicos é menos complicada porque normalmente os agroextrativistas já não usam agroquímicos em plantios, uma vez que as áreas de várzea dispensam a adubação. Já nas áreas de terra firme praticamente todos os agricultores usam por haver grande necessidade de nutrientes por parte das culturas implantadas (muito comumente o açaizeiro), explicaram os interlocutores(as).

Dessa maneira, os(as) extensionistas expuseram com base nas orientações da Emater que os agricultores procuram compensar a necessidade de nutrientes com o uso de bastante matéria orgânica nos plantios. Mas, em ambos os casos (várzea e terra firme), questões agroecológicas são trabalhadas principalmente com a conscientização de que não se faça monocultivos e que se mantenha a diversidade de espécies convivendo em um mesmo ambiente interagindo entre si, pois desta forma existe um considerável ganho para a fauna e flora locais. Autores como Altieri e Nicholls (2020), defendem essa diversidade de funções ecológicas com base na agroecologia, assim contribuindo para a preservação ambiental e a redução da necessidade do uso de agroquímicos na produção. Nessa linha, Caporal e Costabeber (2006) indicam que para a transição agroecológica são necessários métodos de ensino continuados, onde o diálogo e troca de saberes sejam levados em consideração para a promoção da autossuficiência do(a) agricultor(a) e a geração de estabelecimentos agrícolas familiares mais flexíveis.

No que tange ao conhecimento sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e a percepção da relação desta com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e a Pnapo, a Entrevistada 1 disse que “A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) são políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida das famílias rurais” (16/03/2025). Dos seis (6) interlocutores(as) da pesquisa, dois (2) responderam que conhecem a Pnapo e percebem relação entre a Pnater e a Pnapo, dois (2) relataram que conhecem a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica em parte, um (1) disse não conhecer e um (1) não respondeu a essa pergunta. Esses dados, evidenciam que parece existir carência de informações e conhecimentos sobre as possíveis relações e contribuições entre as referidas políticas, o que pode ser um fator limitante para que, por exemplo, ações da Pnapo cheguem ao público beneficiário da Emater Regional Baixo Tocantins.

Ao não mencionarem, por exemplo, que a Pnater procura promover o desenvolvimento rural sustentável, enquanto a Pnapo visa ampliar a produção de produtos orgânicos e de base agroecológica e esses objetivos podem se alinhar, os(as) extensionistas interlocutores(as) não demonstraram compreender, de forma clara, possíveis convergências entre as políticas, as quais, compreende-se que se houvesse o devido entendimento e compreensão de suas relações, estas políticas poderiam ter suas ações melhor integradas e ampliadas a partir da Ater. Em parte, as duas políticas convergem para alguns propósitos comuns, tendo considerações relevantes para o meio ambiente, procurando produzir de forma que cause sempre menores impactos ambientais, otimizando e valorizando a produção e oferecendo aos agricultores, povos e comunidades tradicionais vantagens mediante valores pagos aos seus produtos (Brasil, 2010; ANA, 2017). Outras semelhanças que percebemos entre as duas políticas é que elas têm suas bases e fundamentos na agroecologia e na agricultura familiar, e essa relação se concretiza (ou deve se concretizar) na realização de serviços prestados pela Ater pública, principalmente as ações direcionadas à agricultura familiar, onde os fundamentos da agroecologia são essenciais para a realização do trabalho do extensionista.

Contudo, quando questionados se eles(as) e a Emater têm atuado levando em consideração as possíveis relações entre essas duas políticas, os(as) extensionistas destacaram que procuram levar o conhecimento técnico e mostrar a necessidade e as vantagens de se trabalhar de forma sustentável, explicando sobre os ganhos ambientais e sociais. Um exemplo foi dado nesse sentido pelo Entrevistado 1, que destacou a importância da sua atuação alinhada à sustentabilidade ambiental e a produção de alimentos saudáveis, a partir de orientações para o desenvolvimento de manejo de mínimo impacto de açais nativos “Porque os açais têm

influência de marés e são adubados naturalmente” (16/03/2025). Os extensionistas interlocutores(as) enfatizam a atuação efetiva da Emater no aumento da produção do açaí nos municípios, através da melhoria do manejo e enriquecimento dos açazais, além da massificação da implantação e manejo de açazeiros de baixos impactos, dando ênfase principalmente ao desenvolvimento socioeconômico local e assegurando também, a conservação ambiental.

Embora nas respostas dadas pelos(as) interlocutores(as) estes(as) não tenham desenvolvido muitas explicações sobre as possíveis relações entre a Pnater e Pnapo, em suas atuações observa-se certa interação entre a essas políticas, não apenas consolidando a agricultura familiar, mas procurando propagar o desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos. A situação se alinha ao que defendem Altieri e Nicholls (2020), que enfatizam que essa propagação favorece autonomia na gestão social e econômica e preservação/conservação do meio ambiente. Dessa forma, entende-se que as políticas públicas norteadas pela agroecologia se destacam na condução de ações que valorizem os saberes das comunidades rurais e a utilização sustentável dos bens da natureza.

Visando entender, de forma mais clara, sobre a adoção da Agroecologia na atuação cotidiana da Emater Regional Baixo Tocantins e de seus extensionistas, buscou-se compreender também sobre quais princípios e objetivos da Pnater são seguidos no dia a dia pela empresa e por seus profissionais. As respostas dos(as) interlocutores(as) resumiram-se em melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, levando o conhecimento técnico e realizando extensão sempre procurando acompanhá-los na evolução do estabelecimento agrícola com as organizações comunitárias, associações, sindicatos, feiras e grupos organizados. Isso expõe que mesmo priorizando uma atuação extensionista que parece estar prioritariamente voltada para aspectos mais técnicos, os(as) extensionistas procuram favorecer a integração das famílias agricultoras a outros grupos, fortalecendo a participação social na gestão e na manutenção dos estabelecimentos agrícolas. Segundo Lima (2011), as ações desenvolvidas pelos agentes de extensão rural devem sempre estar envolvidas com procedimentos coletivos que objetivam estabelecer uma gestão holística e com ênfase no desenvolvimento do sistema agrícola sustentável.

Ao serem questionados se conhecem o Pronaf Agroecologia<sup>8</sup>, dos seis (6) entrevistados, um (1) respondeu conhecer em parte, porém sem detalhar; um (1) disse conhecer, mas afirmou

---

<sup>8</sup> O Pronaf Agroecologia é uma linha de crédito para agricultores familiares empregarem em sistemas produtivos agrícolas agroecológicos (BNDES, 2025). O Pronaf Agroecologia exige, quando aprovado, que seu recurso seja investido em sistemas de produção consolidados que já utilizem fundamentos da agroecologia ou estejam em processo de transição, porém, sua implementação ainda é um desafio em assentamentos devido a vários fatores como poucos recursos e obstáculos estruturais (BNDES, 2025).

não trabalhar esse programa porque, segundo ele, “ilhas de Limoeiro do Ajuru são todas áreas de assentamentos rurais” (Entrevistado 2, 11/03/2025); um (1) respondeu que conhece, porém não elabora porque “não elaboramos projetos nessa linha, devido ao público atendido ser de assentamento e eles terem uma linha de crédito específica, o Pronaf A<sup>9</sup>” (Entrevistada 1, 16/03/2025); e três (3) interlocutores (as) não responderam essa pergunta.

No caso estudado, isto é, a Ater pública ofertada pela Emater no Baixo Tocantins, percebemos que a atuação dos(as) agentes de extensão rural tende a se concentrar nas linhas de crédito mais acessíveis para a realidade da região, que, nesse caso, é o Pronaf A, porém ocorre a necessidade de inclusão da linha de crédito Pronaf Agroecologia, pois existem comunidades nos municípios que fazem parte da área de abrangência da Regional Tocantins da Emater, que trabalham de forma agroecológica ou realizam a transição agroecológica, as quais precisam de recursos para implantação e manutenção dos seus sistemas produtivos e estabelecimentos.

Considerando o que foi exposto até aqui, é importante mencionar que na missão<sup>10</sup> institucional da Emater, a Agroecologia é um dos pilares. Então, foi perguntado como, efetivamente, a instituição e seus(uas) extensionistas procuram levar em conta a missão da empresa, sobretudo nas práticas e no apoio à agricultura familiar no Baixo Tocantins. Segundo os(as) extensionistas entrevistados(as), durante os trabalhos da empresa em relação a agroecologia tem sido abordado de forma contínua junto aos agricultores, procurando conscientizá-los da necessidade de boas práticas nos processos de produção do campo, sendo alguns projetos desenvolvidos (Quadro 8), os quais os(as) extensionistas entendem que estão em consonância com a missão institucional e, por conseguinte, ao estímulo a adoção de práticas agroecológicas.

Quadro 8 - Principais projetos em andamento, seus objetivos e alinhamento com a Agroecologia nos municípios (recorte da pesquisa) de abrangência da Emater Regional Tocantins.

Projetos	Objetivos	Município
Manejo sustentável de Açaí	Produzir de forma sustentável e equilibrar o desenvolvimento dos recursos com a conservação do meio ambiente	Abaetetuba

<sup>9</sup> Os projetos da linha Pronaf A, que é linha de crédito atribuída aos agricultores familiares da reforma agrária que desejam ampliar ou melhorar a produção para o aumento da geração de renda (Banco da Amazônia, 2025).

<sup>10</sup> Missão: planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural para difundir conhecimentos técnicos, econômicos e sociais, com o objetivo de aumentar a produção agrícola e melhorar as condições de vida no meio rural do Pará, em consonância com as políticas estaduais e federais.

Sistema de roça sem fogo	Impedir a degradação dos solos, diminuir o desmatamento. Controlar as pragas e doenças e promover ações agroecológicas no campo	Cametá
Incorporação de espécies nativas	Adotar espécies diferentes para equilíbrio ecológico, introduzir plantas que atuam no controle biológico de pragas e diversificar a produção de alimentos, estimulando a segurança alimentar	Limoeiro do Ajuru
Manejo dos solos	Reter os nutrientes para as plantas, preservar a produção dos estabelecimentos agrícolas ao longo dos anos sem prejudicar os solos e executar atividades que impedem o esgotamento dos solos	Abaetetuba
Manejo de baixo impacto de açazais nativos	Preservar a fauna, flora, água e solo impedindo o desgaste do meio ambiente, reduzir os impactos no meio ambiente, conservação das espécies nativas e desempenhar práticas agroecológicas	Cametá

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), de acordo com dados da pesquisa (2024/2025)

Os projetos listados no Quadro 8 indicam a existência de uma série de ações que orientam práticas importantes para a resiliência de sistemas produtivos e seus elementos biofísicos. Por exemplo, o Entrevistado 2, informou que em Limoeiro do Ajuru a Emater, em suas recomendações e projetos trabalha 100% com o manejo do açaí nativo com mínimo impacto ambiental. A prática consiste apenas na eliminação de espécies sem valor econômico. Em Cametá, a produção de roça sem fogo foi citada como um projeto relevante em concordância com a Agroecologia. Esse tipo de sistema de produção é indicado por preservar a fertilidade do solo e diminuir os impactos da utilização do fogo para limpeza do solo, prejudicando o meio ambiente. O uso do fogo é utilizado para limpeza de área por ser barata, rápida, usada para tirar o lixo, entulho e evitar animais venenosos. A queima do solo ocasiona vários impactos na biodiversidade, que altera e desequilibra os ciclos dos nutrientes do solo, como potássio, magnésio, nitrogênio, cálcio, fósforo e enxofre, essas queimadas estão sendo a causa da redução da produção de diversas culturas (Alves; Modesto Júnior, 2020). Ou seja, reduzir o uso do fogo para limpeza do solo é essencial, a roça sem fogo tem diversos benefícios como o aumento da matéria orgânica e fertilidade do solo, mantém a cobertura natural com folhas e restos de árvores (proteção erosão), diminui o desmatamento e as queimadas, evitando a emissão de gases do efeito estufa e favorece a biodiversidade, preservando as espécies nativas das regiões.

Na mesma linha, quando questionados sobre a percepção em relação a contribuição da Emater para a transição de sistemas de produção agrícolas convencionais para sistemas

agroecológicos, todos(as) os(as) extensionistas interlocutores(as) da pesquisa responderam que entendem que sim, a instituição está contribuindo para processos de transição agroecológicas. Alguns exemplos disso foram indicados por eles(as), ao mencionarem que o sistema de roças sem fogo é um dos mais incentivados pela instituição, e que os agricultores estão, aos poucos, utilizando menos roça com fogo no preparo de áreas devido à conscientização; outro ponto destacado foi incentivo ao enriquecimento de áreas capoeira com a introdução de espécies como bacuri, cupuaçu e cacau. Tais orientações dialogam com as ponderações de Altieri e Nicholls (2020), que ressaltam que a utilização de atividades de manejo que visam a sustentabilidade estão em oposição a métodos adotados pelo modelo de agricultura convencional, os quais resultam na destruição do meio ambiente.

Para além dos aspectos técnicos-produtivos voltados ao manejo das culturas agrícolas e das atividades extrativistas, os(as) interlocutores(as) foram perguntados sobre como ajudam a desenvolver pequenas agroindústrias dos públicos beneficiários de sua atuação. Eles(as) explicaram que oferecem orientações, palestras e cursos. Por exemplo, a Entrevistada 1 mencionou que na ilha de Cameté houve um curso sobre como manejar açazais nativos de forma sustentável, que contou com a participação de produtores, extensionistas e pesquisadores, e com a Embrapa. O Entrevistado 6 disse que “não tem um projeto específico em Abaetetuba para esse público, mas atuam com assistência técnica assistida, e, para o público, emitem declarações que ratificam a origem do produto, mostrando assim, quando for o caso, que o produto é orgânico” (Entrevistado 6, 26/03/2025). Já a Entrevistada 5 mencionou que realizam ações de assessoramento às cooperativas e associações; o Entrevistado 2 indicou que em Limoeiro do Ajuru ainda não há agroindústrias; e o Entrevistado 3 apontou que em Abaetetuba realizam projetos agroindustriais voltados para o manejo do açaf e do bacuri.

Os comentários feitos pelos interlocutores(as) da Emater revelam que, mesmo com limitações da empresa e falta de projetos voltados para a temática da criação e manutenção de agroindústrias de pequeno porte nos seus municípios de atuação, há esforços dos agentes de Ater e da empresa em apoiar e fomentar as agroindústrias familiares. Os serviços como palestras, cursos e assessoramento técnico, expressam que os(as) técnicos(as) da Emater tem suas atividades voltadas ao desenvolvimento de renda e a valorização dos agricultores familiares da região. Isso se alinha ao que Caporal e Costabeber (2004), apontam quando destacam que a extensão rural deve ir da simples transmissão de inovações tecnológicas, para a realização de atividades educativas que fortaleçam a soberania das associações e dos agricultores familiares.

Complementarmente, ao serem perguntados(as) sobre os desafios para trabalhar a agroecologia na extensão rural, os(as) extensionistas relataram a inexistência de incentivo formativo e financeiro e de retorno imediato do capital investido, além da falta de apoio financeiro para deslocamento e transporte para realizar Ater em campo (rodas de conversas, cursos, palestras e treinamentos). Essa última limitação alcança tanto os(as) extensionistas quanto os povos rurais, pois os extensionistas não conseguem se deslocar para as áreas rurais devido a falta de recursos como veículos e materiais para realizar cursos e palestras.

Isso reforça a necessidade de ações organizadas de Ater que ofereçam formação contínua e suporte técnico para os extensionistas da Emater e o público alvo da instituição. Essas necessidades colocam em destaque os relatos sobre a urgência de cursos, treinamentos e suporte financeiro imediato para investimentos na empresa. Esses elementos são essenciais para promover uma mudança de mentalidade dos extensionistas e ajudar na implementação de práticas agroecológicas dentro da empresa e conseqüentemente articular esses aprendizados agroecológicos junto aos conhecimentos dos agricultores familiares. Altieri (2018) enfatiza que para superar esses desafios é necessário adotar uma abordagem que junte diferentes ações. Isso inclui a criação de políticas públicas que ajudem os extensionistas e o público alvo, levando investimentos em treinamento dos servidores da Emater e conscientização em relação a importância da agroecologia para uma agricultura mais sustentável e favorável para os agricultores. Isso mostra que a mudança para a agroecologia é um processo complexo, que precisa de condições adequadas, como recursos financeiros e ferramentas. Esses fatores estão diretamente ligados aos desafios mencionados anteriormente sobre as dificuldades que os(as) extensionistas enfrentam para realizar atividades práticas no campo.

Diante do exposto, os (as) interlocutores(as) explicaram que trabalhar a agroecologia não é fácil, pois “hoje em dia todos querem obter grandes lucros em curto período” e, por isso, os extensionistas interlocutores(as) justificam a necessidade de produzir muito e mais rápido utilizando de práticas agrícolas convencionais, em função da demanda. E, segundo os(as) extensionistas, a Agroecologia demanda mais tempo e a produtividade é menor. Além disso, em alguns escritórios locais faltam recursos para realizar ações de Ater em campo, sendo que a demanda por atendimentos e técnicos é maior que a quantidade de meios de transportes disponíveis, inviabilizando atendimentos em função da maior parte dos agricultores familiares residirem em áreas rurais e nas ilhas dos municípios.

Neste sentido, se faz necessário elucidar que, conforme Gliessman (2015), a agroecologia é uma abordagem que prioriza a sustentabilidade, a diversidade e o tempo necessário para criar sistemas agrícolas que sejam equilibrados. Essa abordagem se opõe ao

modelo produtivista, que foca em resultados rápidos e alta lucratividade. Em função de tais características, há dificuldades para a adoção de práticas agroecológicas, já que essas práticas geralmente levam mais tempo para mostrar resultados. Além disso, a falta de recursos nos escritórios da Emater é um obstáculo significativo. A falta de transportes, de profissionais qualificados e de recursos financeiros dificulta e limita o atendimento às necessidades dos agricultores familiares, especialmente em regiões rurais afastadas ou em ilhas. A falta de infraestrutura e suporte técnico impede que os(as) extensionistas forneçam assistência técnica de maneira constante e eficaz, limitando o acesso dos agricultores às orientações e informações sobre práticas agroecológicas e seus benefícios.

Destarte, foi questionado aos interlocutores(as) sobre como a Ater pública (Emater e seus técnicos) pode contribuir para que agricultores familiares e demais categorias atendidas pela Emater adotem sistemas de produção e práticas agrícolas e agroextrativistas mais sustentáveis, diminuam a dependência e o uso de insumos externos e agroquímicos e fortaleçam a segurança alimentar e nutricional e a renda de suas famílias. A Entrevistada 1 explicou haver emergência na criação de políticas públicas por parte da Emater que incentivem a agroecologia nos municípios, promovendo-a na prática, a partir de unidades demonstrativas ou outros métodos. O Entrevistado 3 expressou que a Emater Baixo Tocantins já realiza isso com unidades de observação das culturas de subsistência e permanentes, apresentando melhores resultados de produção e custos, ou seja, continua-se ampliando ações sustentáveis, e incentivando os sistemas agroflorestais, como o melhor sistema de produção para o homem e o meio.

Essas percepções estão em conformidade com o que defende Gliessman (2015) quando afirma que para que os agricultores aprendam sobre práticas agroecológicas é importante que a formação deles não se baseie apenas na passagem de conhecimentos técnicos. É necessário também criar incentivos políticos e implementar políticas públicas que ajudem na adoção de sistemas mais sustentáveis. Isso inclui reduzir a dependência de insumos externos e fortalecer a segurança alimentar e nutricional.

Desse modo, quando indagados(as) se a Emater, promoveu e promove formações relacionadas à reciclagem profissional, atualização das perspectivas de atuação em relação a Ater pública e a Agroecologia, apenas o entrevistado 2 respondeu que sim. Segundo ele, a Emater promove formações em período geralmente semestral, com carga horária de 40 horas, não citando o tema e nem concedendo mais detalhes da formação oportunizada. De acordo com Caporal e Costabeber (2004), formar agentes de Ater que possuam um olhar holístico é

fundamental para ações educativas que promovam a troca de experiências entre diferentes atores.

Sob essa perspectiva dos autores, verifica-se que a atuação dos(as) extensionistas nos municípios de abrangência da Emater-PA Regional Tocantins é um desafio que necessita de atenção, pois embora existam ações sustentáveis realizadas pelos extensionistas da Emater, como as citadas pelos(as) agentes de extensão rural, ainda são necessários progressos na organização da instituição, fomento a qualificação continuada e na junção entre políticas públicas, fundamentos agroecológicos e a Ater.

Por fim, a próxima seção mostra os desafios, de uma maneira mais ampla, para além da Agroecologia, encarados pelos servidores da Emater e as perspectivas, sob seus pontos de vista, para a Ater no Baixo Tocantins.

#### **4.4 Desafios e Perspectivas da Ater pública no Baixo Tocantins**

Além do que já foi exposto nas seções anteriores, os(as) extensionistas interlocutores(as) da pesquisa foram indagados(as) ainda sobre como entendem a Assistência Técnica e a Extensão Rural, isto é, se percebem como atividades distintas. Ao responderem, todos(as) afirmaram se tratar de “coisas” diferentes, pois, segundo suas interpretações, a assistência técnica visa resolver problemas específicos, enquanto a extensão rural fornece educação formal e vivência contínua com as Unidades de Produção Agrícolas (UPAs).

Sobre essas distinções, o Entrevistado 2 expôs que “Assistência Técnica consiste em tratar uma questão específica em uma cultura ou criação. A Extensão Rural vai para além, discute a unidade familiar como toda. Debate na Extensão Rural a cadeia como um todo e até parte da gestão da propriedade” (Entrevistado 2, 11/03/2025). Dessa maneira, os(as) técnicos(as) entrevistados explicaram que as principais diferenças entre as duas são que através da extensão consegue-se levar aos agricultores familiares mais do que a parte técnica, isto é, inclui-se, por exemplo, informações e conhecimentos sobre políticas públicas as quais eles têm direito, projetos de financiamento para custeio e investimento, documentos de terra, regularização e deveres e, através da assistência técnica, trabalha-se a parte do plantio, das criações, do solo, das águas etc.

Considerando o apresentado, de seis (6) interlocutores(as), quatro (4) responderam que atualmente a empresa está com maior foco na Assistência Técnica, apesar da extensão não deixar de ser uma responsabilidade da Emater. Segundo o Entrevistado 6 as duas têm sido muito trabalhadas e observa-se que acaba tendo uma complementação entre a assistência técnica e

extensão rural. Logo, os(as) extensionistas interlocutores(as) indicaram que as duas relacionam-se, por, segundo eles(as), oferecerem serviços/ações aos agricultores familiares e seus estabelecimentos com objetivos como melhoria na qualidade de vida, segurança alimentar, aumento da produção e continuidade da vida no campo. Tais perspectivas parecem apresentar convergências com o que afirmaram Caporal e Costabeber (2004), ao enfatizarem que enquanto a assistência técnica limita-se a oferecer serviços técnicos, a extensão rural procura evidenciar o desenvolvimento rural sustentável através do diálogo com os agricultores.

Para além de aspectos como a falta de recursos, como já apresentado no final de seção anterior, outro ponto de destaque sobre os desafios e as perspectivas da Ater pública no Baixo Tocantins diz respeito ao quantitativo de profissionais para desenvolver Ater de forma efetiva e com qualidade nos municípios, isso porque todos(as) os(as) extensionistas entrevistados relataram a falta de profissionais, em quantidades adequadas às demandas, nos escritórios. Consoante aos Planos de Assistência Técnica e Extensão Rural 2023 e 2024 foi possível observar que a falta de profissionais na Emater no estado do Pará, especificamente na Regional Tocantins, tem impactado significativamente a qualidade e a eficiência dos serviços prestados ao público beneficiário (Emater-Pará, 2024).

A instituição desempenha um papel crucial no desenvolvimento rural, fornecendo suporte técnico e capacitação aos agricultores, visando aumentar a produtividade e a sustentabilidade das atividades agrícolas. No entanto, a falta de pessoal tem dificultado o alcance e a efetividade dessas ações (Silva, 2010). Em muitas regiões do Baixo Tocantins, o número limitado de técnicos disponíveis deve lidar com um volume excessivo de demandas, levando à falta de tempo e dedicação de cada indivíduo. Isso leva ao foco em tarefas urgentes e à negligência do suporte contínuo crucial, essencial para a implementação bem-sucedida de práticas agrícolas.

A falta de uma equipe maior e com qualificações mais diversificadas pode dificultar a adoção de tecnologias avançadas e estratégias agroecológicas para os públicos beneficiários. A ausência ou a pouquíssima quantidade de profissionais de diversas áreas, como administração, pedagogia, assistência social, engenharia de pesca e aquicultura, medicina veterinária, agroecologia etc., além de demandas mais específicas do Baixo Tocantins, conforme identificado na pesquisa, como é o caso da demanda por piloto(a) de voadeira, pode dificultar o maior desenvolvimento da agricultura familiar e o crescimento econômico das populações do campo, como analisa Caporal (2003). Ademais, a inserção de profissionais formados em Agroecologia na Emater Regional Tocantins seria fundamental, pois além de atenderem a uma crescente demanda, estes(as) profissionais contribuiriam para a modernização e o aumento da

eficácia das ações desenvolvidas pela instituição. O(a) profissional seria um elo importante para promover e aperfeiçoar a Agroecologia em campo, para garantir práticas agrícolas ainda mais sustentáveis, em benefício da qualidade de vida dos agricultores e em prol do desenvolvimento rural sustentável, de forma mais eficiente e integrada.

Segundo Gomes (2013), ressalta-se que ter profissionais qualificados em Agroecologia é fundamental para trazer mudanças na agricultura familiar, utilizando métodos sustentáveis que se ajustem às condições locais. A formação desses profissionais ajuda a espalhar conhecimentos que envolvem questões ambientais, sociais e econômicas, seguindo os princípios do desenvolvimento rural sustentável. Assim, embora algumas ações direcionadas a Agroecologia e/ou ao incentivo a processos de transição agroecológica já sejam adotadas por extensionistas da Emater Regional Tocantins, a presença no quadro efetivo, de profissionais formados em Agroecologia, seria crucial para garantir o cumprimento da missão institucional e também a melhor conexão entre a Pnater e Pnapo, por exemplo, visto que a Emater enfrenta vários desafios para levar Ater aos agricultores familiares, a partir do desenvolvimento de sistemas agrícolas diversificados e da inserção de técnicas sustentáveis, que atendam tanto ao aumento da produção quanto à conservação ambiental.

Sobre o trabalho na Ater pública no Baixo Tocantins, observou-se, a partir dos relatos dos(as) extensionistas, que atuam na assistência técnica e extensão rural implica enfrentar diversos desafios e gargalos que vão desde a necessidade de maior valorização dos funcionários a partir do incentivo a qualificação e reciclagem, até à oferta de condições infra estruturais mínimas de trabalho, por exemplo, a disponibilidade de veículos, embarcações, internet, profissionais em quantidade e com as qualificações adequadas etc. De acordo com Carvalho (2014), a falta dessas condições afeta a moral e a motivação dos profissionais da Emater, que enfrentam condições de trabalho desafiadoras e falta de recursos para realizar seus serviços.

Outra questão importante também relacionada à atuação, aos desafios e às perspectivas da Ater pública no Baixo Tocantins refere-se a adequação das políticas públicas às diferentes realidades. Neste sentido, Carvalho (2014), aponta que as normas da Pnater às vezes são opostas à realidade encarada pelos agentes de extensão rural nos municípios. A política requer resultados, objetivos, estruturação e relatórios, porém não disponibiliza as melhorias para realizar essas ações. Diante disso, os extensionistas trabalham no extremo no Baixo Tocantins, no exercício das ações de extensão e na articulação com os agricultores. Em alinhamento a esse cenário, outra questão que merece destaque é a descontinuidade de projetos e a ausência de políticas essenciais para a Ater, que afeta a confiabilidade da empresa junto à população.

Então, quando perguntados(as) como a Ater pública pode ser potencializada como uma ferramenta para o desenvolvimento rural sustentável nos municípios atendidos pela Regional Tocantins, os(as) extensionistas interlocutores expuseram que por meio de parcerias públicas e privadas a Emater entregaria mais serviços/ações a sociedade, contribuindo com o desenvolvimento de cada município onde estiver presente. Tal percepção está de acordo com Caporal e Costabeber (2004), que defendem a necessidade de conexão entre as diversas esferas como política e econômica para fortalecer a agroecologia. Já em relação a políticas públicas, ações e projetos que interpretam com fundamentais para o desenvolvimento e melhorias das condições de vida e de produção da agricultura familiar e das demais categorias atendidas pela Emater, os(as) extensionistas expressaram que projetos e ações voltadas ao incentivo à rotação de culturas<sup>11</sup> seria uma das práticas mais importantes no manejo de base agroecológica; o investimento no Pronaf A também foi citado, pois, segundo informaram, através desse programa o produtor ganha autonomia na sua produção e melhora a infraestrutura do seu estabelecimento familiar

Sobre o tema, o Entrevistado 3 relatou que “Hoje nós não temos fomento, unidades demonstrativas, mecanização agrícola, transporte para escoamento de mudas, sementes e insumos. Isto compromete acentuadamente a produção e a produtividade” (Entrevistado 3, 30/06/2025). Portanto, observa-se que mais uma vez a falta de recursos aparece como um grande obstáculo na realização tanto das ações quanto para a elaboração e a estruturação de projetos e programas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer da história, os serviços de extensão rural tiveram uma influência crucial no desenvolvimento rural, possibilitando a propagação dos conhecimentos, tecnologias e ações com foco no desenvolvimento da produção e da qualidade de vida dos povos tradicionais (Schneider, 2009). Contudo, a extensão rural não se limita apenas à transmissão de conhecimentos e tecnologias, uma vez que valoriza também o reconhecimento dos saberes locais e tradicionais, a consolidação das associações e coletivos dos trabalhadores rurais e a inclusão social (Altieri, 2009). Desse modo, percebe-se que a extensão rural assume um papel no fortalecimento da produção agrícola, mas também na promoção da igualdade social e no

---

<sup>11</sup> Trata-se de alternar espécies vegetais ao longo dos anos, em uma sequência elaborada de plantio de diferentes cultivos (Embrapa, 2025).

desenvolvimento de alternativas para o desenvolvimento rural sustentável. É nesse contexto que a agroecologia está inserida, enquanto prática e movimento, confirmando a necessidade de políticas públicas e de ações institucionais que adequem a dimensão social, ambiental e técnica. Assim, a partir das análises feitas ao decorrer desta pesquisa, é possível enfatizar elementos centrais que norteiam as considerações finais como o papel da extensão rural na difusão de práticas agroecológicas, os desafios enfrentados pelos extensionistas em adaptar os conhecimentos técnicos e os saberes tradicionais, e a importância de políticas públicas de Ater para o fortalecimento da agricultura familiar no Baixo Tocantins.

A pesquisa evidenciou que a agroecologia propagada pela Emater-PA Regional Tocantins, a partir de seus técnicos(as), aos agricultores familiares, agroextrativistas, pescadores, quilombolas, indígenas, etc., é entendida como uma agricultura alternativa ao modelo agrícola do agronegócio, ou seja, apenas uma forma de agricultura sem o uso de pacotes tecnológicos (fertilizantes químicos, agrotóxicos e melhoramento genético), e a diversificação de espécies florestais. Contudo, a agroecologia não é só isso, já que se configura como ciência, movimento político e prática social (Associação Brasileira de Agroecologia, 2015). Em outras palavras, a agroecologia apresenta diversas dimensões e práticas interligadas, estimulando um olhar holístico sobre todo o espaço rural, desde a produção (animal, vegetal e extrativista), a tomada de decisões da família, a interação com meio ambiente, a conservação da natureza, as relações sociais (mutirão, associação de moradores, festividades, empoderamento feminino, etc.), a soberania alimentar, o escoamento da produção e as políticas públicas.

Para os interlocutores(as) da pesquisa, a agroecologia associa-se ao desenvolvimento rural sustentável e a eliminação dos agrotóxicos (menor quantidade possível), também se correlaciona com a utilização responsável dos recursos do meio ambiente nos procedimentos de produção agrícola (roça sem fogo e a diversificação das espécies florestais). Logo, pareceu haver certa falta de informações ou conhecimentos sobre as múltiplas dimensões da Agroecologia e sobre políticas públicas voltadas ao seu fortalecimento. Isso porque quando explicavam sobre Agroecologia, as narrativas direcionavam-se, prioritariamente para o combate ao monocultivo do açaí, uma questão importante no Território Baixo Tocantins, que é o maior produtor do fruto no Brasil, assim como o estado o Pará (Agência Pará, 2024).

Portanto, percebemos que os(as) servidores compreendem o termo agroecologia e seus afins, sobretudo sob um viés da dimensão técnica-produtiva da agroecologia, porém não há capacitações dos(as) extensionistas para as dimensões social, política e cultural da agroecologia, isto é, a atuação está em parte alinhada aos princípios da Pnater, focando principalmente nos aspectos produtivos e parcialmente, no ambiental. Isso reverbera no campo com os agricultores que carecem de auxílio nas diversas questões que enfrentam nos

seus estabelecimentos agrícolas. Isso significa promover renovações no conteúdo distribuído pela Emater-PA Regional Tocantins. A dificuldade em colocar em prática a agroecologia em suas múltiplas dimensões sugere que os técnicos requerem uma formação mais aprofundada. Apesar de os(as) extensionistas terem formações acadêmicas diversificadas e amplo tempo de serviço na Emater, nenhum possui formação em agroecologia, necessitando que adquiram conhecimentos sobre a temática por meio de experiências técnicas e capacitações. Além disso, para facilitar a adoção de práticas agroecológicas (nas múltiplas dimensões da agroecologia) seria necessário que recursos financeiros e materiais fossem destinados para financiar os agricultores familiares.

Um agente que resolveria o problema da adoção de práticas agroecológicas é o profissional em agroecologia que é fundamental, pois analisa, planeja, executa e monitora modelos de produção agrícola, ao mesmo tempo que considera todos os aspectos da sustentabilidade, meio ambiente, e das dimensões social, econômica, política e cultural de forma integrada. Além de atuar em prol do diálogo, da troca de saberes, e da valorização da agricultura familiar, conforme os fundamentos da agroecologia.

Os dados evidenciaram ainda a necessidade de estimular o acesso e o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem práticas agroecológicas por meio da assistência técnica e crédito rural, mas como os extensionistas desconhecem essas políticas públicas como por exemplo a Pnapo pode-se, através de capacitações, palestras e cursos demonstrar a importância dessas políticas e sua relevância para o público alvo da Emater. A Pnapo é uma opção para alcançar a transição agroecológica, pois ela inclui, vincula e adapta políticas, programas, projetos e serviços instigadores da transição agroecológica e da produção sustentável, favorecendo o desenvolvimento rural, a soberania alimentar e a qualidade de vida das comunidades, através da conservação dos recursos naturais e da produção de alimentos saudáveis para venda e consumos, trazendo, desse modo, diversos benefícios para a população, como: sistemas sustentáveis de produção, escoamento e consumo de alimentos, aumento da participação de jovens nas atividades rurais e redução da desigualdade de gênero (Brasil, 2011). Assim, a pesquisa mostrou que a Emater necessita de mais recursos para desenvolver seus serviços, e, com isso é importante que outros trabalhos acadêmicos debatam sobre o assunto. Pensando nisso listamos algumas potencialidades para futuras pesquisas.

Os dados coletados nessa pesquisa podem ser usados como referência para estudos que examinem os efeitos da formação acadêmica e a sua resposta na adoção das práticas agroecológicas pelos agricultores. Considerando a perspectiva dos agricultores, uma pesquisa que obtenha dados dos próprios agricultores familiares poderá resultar em informações sobre as dificuldades que eles enfrentam para adotar práticas agroecológicas e como as políticas públicas podem melhor atendê-los. Outras sugestões para pesquisas futuras seriam rastrear

como a adoção das práticas agroecológicas nas comunidades atendidas pela Emater evoluiu no tempo e, desta forma, compreender melhor as dinâmicas de adoção dessas práticas, identificando quais os fatores que a facilitam ou a dificultam; estudar como a adoção das práticas ocorre na comparação entre as diferentes regiões do estado do Pará ou comparando com outros estados da Amazônia. Essa é outra possibilidade de se identificar práticas com bom desempenho no contexto específico em que foram adotadas e as adaptações necessárias de cada prática; realizar a análise das políticas públicas e como elas podem ser melhoradas para a promoção da agroecologia; estudar a eficácia de diferentes abordagens de capacitação de extensionistas, incluindo algumas perspectivas inovadoras, como as de aprendizado baseado em projetos ou enfoque participativas.

Os resultados obtidos com essa pesquisa, apesar de não esgotarem o tema, e por isso foram incluídas propostas de novas pesquisas complementares nos parágrafos acima, proporcionam uma sólida base para futuras investigações e para ações práticas. É fundamental que as vozes dos(as) extensionistas e dos(as) agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais sejam mais ouvidas nas discussões sobre políticas públicas referentes a Ater, com vistas a garantir que familiares e os extensionistas construam uma Ater igualitária e justa. Investir na qualificação dos extensionistas e na destinação de recursos necessários para realizarem Ater de forma mais qualificada poderá contribuir, não somente para o fortalecimento da agroecologia, mas também para a promoção de um desenvolvimento rural mais sustentável e mais inclusivo no estado do Pará, em especial, no Baixo Tocantins.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. **Nove municípios paraenses lideram produção nacional do açaí, aponta Fapespa**. Agência Pará. 2024. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/57665/nove-municipios-paraenses-lideram-producao-nacional-do-acai-aponta-fapespa>. Acesso em: 5 jun. 2025.

AGFEED. **Ministérios do agro mostram cartilhas “opostas” na disputa do Orçamento 2025**. Disponível em: <https://agfeed.com.br/economia/ministerios-do-agro-mostram-cartilhas-opostas-na-disputa-do-orcamento-2025/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

ALTIERI, M. A. **Agroecology: the science of sustainable agriculture**. Boca Raton: CRC Press, 2018.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009. Disponível em: <https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/agroecologia-a-dinamica-produtiva-da-agricultura-sustentavel.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.

ALTIERI, Miguel A. Agroecology: a new research and development paradigm for world agriculture. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 27, p. 37–46, 1989. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0167-8809\(89\)90070-4](https://doi.org/10.1016/0167-8809(89)90070-4). Acesso em: 23 nov. 2024.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. **Agroecologia e os desafios das mudanças climáticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ALVES, Raimundo Nonato Brabo; MODESTO JÚNIOR, Moisés de Souza (ed.). **Roça sem fogo: da tradição das queimadas à agricultura sustentável na Amazônia**. Brasília, DF: Embrapa, 2020. 184 p. ISBN 978-85-7035-952-0. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1119432/roca-sem-fogo-da-tradicao-das-queimadas-a-agricultura-sustentavel-na-amazonia> Acesso em: 22 ago. 2025.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO**. Brasília: ANA, set. 2017. Disponível em: [https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/09/144174\\_politica-nacional\\_WEB.pdf](https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/09/144174_politica-nacional_WEB.pdf). Acesso em: 4 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA - ABA. **Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia**. São Paulo. 2015 Acesso em: 29 mar. 2025. Disponível em: [https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Estatuto\\_ABA\\_2015.pdf](https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Estatuto_ABA_2015.pdf). Acesso em: 05 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO PARAENSE DE APOIO ÀS COMUNIDADES CARENTES – APACC. **Rede Jiral**. Apacc.org. Disponível em: <https://www.apacc.org/rede-jiral.html>. Acesso em: 3 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO PARAENSE DE APOIO ÀS COMUNIDADES CARENTES – APACC. **Sobre. Apacc.org.** Disponível em: <https://www.apacc.org/sobre.html>. Acesso em: 3 jul. 2025.

BALLA, João Vitor Quintas; MASSUKADO, Luciana Miyoko; PIMENTEL, Vania Costa. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 9, n. 2, p. 3–14, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/49709>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Pronaf A – Investimento.** Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/agricultura-familiar/pronaf-a-investimento>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Pronaf Agroecologia.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-agroecologia>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa; SILVA, Maria de Fátima. **A extensão rural agroecológica: fundamentos para uma prática transformadora.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BERGAMASCO, Sonia Maria Portella P.; NORDER, Luiz Antonio. Extensão rural no Brasil: velhos e novos discursos. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 10, p. 1–15, 2007.

BIANCHINI, Vagner; SILVA, Maria Aparecida da. A atuação da extensão rural no fortalecimento da agricultura familiar e das organizações coletivas. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 59–78, jan./jun. 2018.

BORSATTO, R. S. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: fim de um ciclo?** Emancipação, 22, 2022 e2220283. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em:

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural e a construção da agroecologia no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013.

BORSATTO, Ricardo Serra *et al.* **A política de ATER no Brasil: desafios e perspectivas.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2022.

BORSATTO, Ricardo Serra. **Extensão rural pública no Brasil: políticas, práticas e perspectivas.** 2. ed. Campinas: Embrapa, 2020.

BORSATTO, Ricardo Serra; THOMSON, Carolina Rios; RIGA, Hellen Lopes; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): fim de um ciclo? **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 22, p. 1–20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.22.2220283.002>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. **Caderno de Referência da PNATER.** Brasília: MDA, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt->

br/condraf/conselho/Doc\_Referencia\_2aCNATER2016\_compressed.pdf . Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Subsídios para a formulação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER**. Brasília: CONSEA, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e sobre a criação e transformação de cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jun. 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023. Dispõe sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 jan. 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 maio 2016.

BRASIL. Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Transfere a coordenação da PNATER do MAPA para o MDA. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4739.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4739.htm). Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm). Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html). Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Relatórios de gestão: 2005, 2006, 2007. Brasília: MDA, 2005–2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mda>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. ATER: assistência técnica e extensão rural – balanço da PNATER 2023–2024. Brasília, DF: MDA, 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. MDA: LOA 2025 prevê R\$ 19,2 bilhões em políticas públicas para a agricultura familiar. *O Liberal*, 2025. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/mda-loa-2025-preve-r-19-2-bilhoes-em-politicas-publicas-para-a-agricultura-familiar-1.946732>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assistência Técnica e Extensão Rural: trajetória e desafios. Brasília: MDA, 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: MDA, 2003. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica\\_nacional.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf). Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAPO). Brasília: MMA, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protegidas>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 142-160, 2016. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/712> Acesso em: 26 out. 2024.

CANAVESI, Flaviane de Carvalho *et al.* Núcleo de agroecologia da Universidade de Brasília: contribuições e perspectivas em ensino, pesquisa e extensão. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 15, p. 1–27, 2021. Disponível em: <https://www.revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/300/350>. Acesso em: 21 fev. 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Assistência técnica e extensão rural no Brasil: desafios para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Embrapa, 2003.

CAPORAL, F. R. A formação de agentes de assistência técnica e extensão rural na perspectiva da PNATER. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 45-62, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/download/6240/4335> Acesso em: 21 set. 2025.

CAPORAL, F. R. Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural necessário e possível. 2004. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/extensao/livros/EXTENSAO%20RURAL%20E%20AGROECOLOGIA%20TEMAS%20SOBRE%20UM%20NOVO%20DESENVOLVIMENTO%20RURAL%20NECESSARIO%20E%20POSSIVEL.pdf> Acesso em: 21 set. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto. Lei de Ater: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, p. 1–7, dez. 2011. Disponível em: <http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/11858/8174>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José André. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José André. **Agroecologia**: enfoques teóricos e estratégicos. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Educação e extensão rural**: a construção de uma prática agroecológica. Brasília: MDA/SAF/DDD, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Extensão rural e agroecologia**: novos desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DDD, 2004.

CARDOSO, Irene Maria; SOUSA, Natália Almeida de; AGUIAR, Maria Virginia de Almeida; DAMIGO, Luiza; AMÂNCIO, Cristhiane. Núcleos de Agroecologia: tecendo redes de solidariedade, diversidade e resistência. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 13, n. espec., p. 3–7, 2018.

CARDOSO, André; BORSATTO, Rodrigo; LOPES, Andréa. Agroecologia e extensão rural: diálogos e desafios frente às políticas públicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2018.

CARVALHO, Ana Paula Araújo de *et al.* A atuação da EMATER/RO: entre a agroecologia e o agronegócio. **Revista NERA**, v. 43, p. 1–23, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552064726023/html/>. Acesso em: 31 maio 2025.

CARVALHO, Christiana Freitas de. **A política pública de ATER no Brasil e a atuação da EMATER-MG no Território da Cidadania Médio e Baixo Jequitinhonha**. 2014. 286 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CORRÊA DA SILVA, M.; BORSATTO, R. S. .; CANAVESI, F. de C. .; SCHLINDWEIN, M. M. .; BERGAMASCO, S. M. P. P. . Integração entre extensão e pesquisa agropecuária na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável: análise bibliométrica. **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 22, n. especial, p. 1–21, 2022. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.22.2220303.009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/20303>. Acesso em: 5 maio 2025.

DELGROSSI, M. E.; VIEIRA, L. C. G.; AVILA, M. L.; VALENCIA PERAFÁN, M. E.; MIRANDA FILHO, R. J. O impacto da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares pobres: o caso do Programa Dom Hélder Câmara II. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 62, n. 2, 2024.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina**: globalização e o poder dos camponeses. São Paulo: Expressão Popular; Cultura Acadêmica, 2013.

DIAS, Ana Paula G. **Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil**: trajetória e desafios. Brasília: MDA, 2024a.

DIAS, Marcelo Miná. **As origens da extensão rural brasileira no contexto da modernização agrícola**. 2024b. Disponível em:

[https://www.academia.edu/116103278/As\\_origens\\_da\\_extens%C3%A3o\\_rural\\_brasileira\\_no\\_contexto\\_da\\_moderniza%C3%A7%C3%A3o\\_agr%C3%ADcola](https://www.academia.edu/116103278/As_origens_da_extens%C3%A3o_rural_brasileira_no_contexto_da_moderniza%C3%A7%C3%A3o_agr%C3%ADcola) . Acesso em: 2 jun. 2025.

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná; NEUMANN, Pedro Selvino. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) no Brasil**: da concepção à materialização. *In*: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 107–128.

DINIZ, Raphael Fernando; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Paradigmas da extensão rural em questão: a política extensionista como fábula, como perversidade e como possibilidade. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 20, n. 3, p. 461-481, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/estgeo.v20i3.17001>. Acesso em: 8 jun. 2025.

EMATER-GOIÁS. **Dia da Extensão Rural**: transformação e desenvolvimento social no campo. Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária, 2023. Disponível em: <https://www.emater.go.gov.br/wp/dia-da-extensao-rural-transformacao-e-desenvolvimento-social-no-campo/> . Acesso em: 30 jun. 2025.

EMATER-PARÁ. **Portal institucional**. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

EMATER-PARÁ. PROATER Municipal Abaetetuba 2024. Disponível em: [https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL\\_ABAETETUBA\\_2024.pdf](https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL_ABAETETUBA_2024.pdf). Acesso em: 26 fev. 2025.

EMATER-PARÁ. PROATER Municipal Acará 2024. 2024. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/proater-municipalacara2024-2.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

EMATER-PARÁ. PROATER Municipal Baião 2024 – Cleide. 2024. Disponível em: [https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL\\_BAI%202024%20-%20Cleide.pdf](https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL_BAI%202024%20-%20Cleide.pdf). Acesso em: 26 fev. 2025.

EMATER-PARÁ. PROATER Municipal Barcarena 2024. 2024. Disponível em: [https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL\\_BARCARENA\\_2024.pdf](https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL_BARCARENA_2024.pdf). Acesso em: 26 fev. 2025.

EMATER-PARÁ. PROATER Municipal Cametá 2024. 2024. Disponível em: [https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL\\_CAMET%202024.pdf](https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL_CAMET%202024.pdf). Acesso em: 26 fev. 2025.

EMATER-PARÁ. PROATER Municipal Igarapé-Miri 2024. 2024. Disponível em: [https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL\\_IGARAP%202024.pdf](https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL_IGARAP%202024.pdf). Acesso em: 26 fev. 2025.

EMATER-PARÁ. PROATER Municipal Limoeiro do Ajuru 2024. 2024. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/proater-municipallimoeiro-do-ajuru20242.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

EMATER-PARÁ. PROATER Municipal Mocajuba 2024. 2024. Disponível em: [https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL\\_MOCAJUBA\\_2024.pdf](https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL_MOCAJUBA_2024.pdf). Acesso em: 26 fev. 2025.

EMATER-PARÁ. PROATER Municipal Moju 2024. 2024. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/julhoproater-municipalmoju2024-4-copia.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

EMATER-PARÁ. PROATER Municipal Tailândia 2024. 2024. Disponível em: [https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL\\_TAILANDIA\\_2024.pdf](https://www.emater.pa.gov.br/storage/app/media/ARQUIVO%202024/PROATER2024/tocantins/PROATER%20MUNICIPAL_TAILANDIA_2024.pdf). Acesso em: 26 fev. 2025.

EMATER-RORAIMA. **Extensionista rural**: ATER desde os tempos da ACAR-RO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://www.emater.ro.gov.br/ematerro/2018/12/05/extensionista-rural-ater-desde-tempos-da-acar-ro/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

EMBRAPA. Conceitos e benefícios da rotação de cultura. Agência de Informação Tecnológica – Cultivos > Soja > Produção. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/soja/producao/rotacao-de-culturas/conceitos-e-beneficios-da-rotacao-de-cultura>. Acesso em: 5 jul. 2025.

FACHIM, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Diagnóstico rural participativo: guia prático. Brasília: FAO, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 137, p. 97-117, nov. 2009.

FOLHA DIRIGIDA. **O que é concurso público?**. 2 maio 2024. Disponível em: <https://folha.qconcur.com/n/o-que-e-concurso-publico>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: [https://pdfdocumento.com/gil-a-c-metodos-e-tecnicas-de-pesquisa-social-blog-do-professor-\\_59f7b94d1723ddde0f3dc077.html](https://pdfdocumento.com/gil-a-c-metodos-e-tecnicas-de-pesquisa-social-blog-do-professor-_59f7b94d1723ddde0f3dc077.html). Acesso em: 12 jun. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: princípios e estratégias para uma agricultura sustentável. Viçosa: Editora UFV, 2015.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology**: the ecology of sustainable food systems. 2. ed. Boca Raton: CRC Press, 2005. Disponível em: [https://www2.hcmuaf.edu.vn/data/pvhiem/Gliessman,%20Stephen%20R%20-%20Agroecology\\_%20The%20Ecology%20of%20Sustainable%20Food%20Systems,%20Third%20Edition-CRC%20Press%20\(2014\).pdf](https://www2.hcmuaf.edu.vn/data/pvhiem/Gliessman,%20Stephen%20R%20-%20Agroecology_%20The%20Ecology%20of%20Sustainable%20Food%20Systems,%20Third%20Edition-CRC%20Press%20(2014).pdf). Acesso em: 01 jul. 2025.

GOMES, A. R. **Agroecologia e extensão rural**: conflitos e possibilidades. 2013.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HAIR, Joseph F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Medindo a resistência agroecológica dos agricultores após o furacão Mitch na Nicarágua: um estudo de caso em monitoramento de impacto de gestão participativa e sustentável da terra. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 93, n. 1–3, p. 87–105, dez. 2002. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0167-8809\(02\)00006-3](https://doi.org/10.1016/S0167-8809(02)00006-3). Acesso em: 18 jan. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2006: agricultura familiar – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. Censo demográfico 2022: Abaetetuba – PA. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>. Acesso em: 5 nov. 2024.

IBGE. Censo demográfico 2022: Acará – PA. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/acara/panorama>. Acesso em: 5 nov. 2024.

IBGE. Censo demográfico 2022: Baião – PA. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/baiao/panorama>. Acesso em: 5 nov. 2024.

IBGE. Censo demográfico 2022: Barcarena – PA. Rio de Janeiro: IBGE, 2023d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/panorama>. Acesso em: 5 nov. 2024.

IBGE. Censo demográfico 2022: Cametá – PA. Rio de Janeiro: IBGE, 2023e. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama>. Acesso em: 5 nov. 2024.

IBGE. Censo demográfico 2022: Igarapé-Miri – PA. Rio de Janeiro: IBGE, 2023f. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-miri/panorama>. Acesso em: 5 nov. 2024.

IBGE. Censo demográfico 2022: Limoeiro do Ajuru – PA. Rio de Janeiro: IBGE, 2023g. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/limoeiro-do-ajuru/panorama>. Acesso em: 5 nov. 2024.

IBGE. Censo demográfico 2022: Mocajuba – PA. Rio de Janeiro: IBGE, 2023h. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/mocajuba/panorama>. Acesso em: 5 nov. 2024.

IBGE. Censo demográfico 2022: Moju – PA. Rio de Janeiro: IBGE, 2023i. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/moju/panorama>. Acesso em: 5 nov. 2024.

IBGE. Censo demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023j. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tailandia/panorama>. Acesso em: 05 nov. 2024.

IPEA. Desenvolvimento rural. *In*: IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2020. v. 27, p. 237–270. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10285/1/BPS\\_27\\_desenvolvimento\\_rural.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10285/1/BPS_27_desenvolvimento_rural.pdf). Acesso em: 5 nov. 2024.

LERRER, Debora Franco. **O discurso de Roberto Rodrigues na Agroanalysis e o paradoxo do governo Lula.** In: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina (Orgs.). *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 129–149.

LIMA, Filipe Augusto Xavier. **A agroecologia e a extensão rural para o fortalecimento da Agricultura Familiar:** o caso do município de Santa Cruz da Baixa Verde, Pernambuco. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53493> Acesso em: 04 jul. 2025.

LIMA, Francisco Adailton Xavier. **A extensão rural e a agricultura familiar no Ceará:** análise da atuação da EMATERCE no município de Quixeramobim. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/27133/1/2017\\_art\\_faxlima.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/27133/1/2017_art_faxlima.pdf). Acesso em: 31 maio 2025.

MAGALHÃES, Távira. **Contrato de trabalho:** diferentes tipos, como funciona e quando usar. Blog Solides, atualizado em 29 maio 2025. Disponível em: <https://solides.com.br/blog/contrato-de-trabalho/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MARREIROS DA SILVA, José; SOUZA, Maria; PEREIRA, João; et al. Extensão rural: um estudo sobre os extensionistas rurais do estado do Pará, Brasil. **Revista Desafios**, Belém, v. 2, n. 1, p. 61–72, 2023. DOI: 10.20873/v2n1\_2023\_5.

MARTÍNEZ- ALIER, Joan. Conflictos ecológicos y lenguajes de valoración. **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v. 26, p. 24-34, jul. 2008. Universidad de Antioquia. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12058104005>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MONTEIRO, Douglas Emiliano Januário. **As práticas extensionistas da EMATER-MG sob uma perspectiva de gênero:** o caso da regional de Viçosa-MG. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

NORONHA, I. M.; ROSA, F. de L. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento.** Desenvolvimento da agricultura no Brasil, novos paradigmas e o papel da inovação. v. 12, n. 2, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i2.39482. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/39482>. Acesso em: 6 nov. 2024.

NUNES, Emanuel Márcio; SILVA, Vivian Menezes da; SÁ, Vinicius Claudino de. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): formação e conhecimentos para a agricultura familiar do Rio Grande do Norte. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p.2020. Disponível

em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14174/pdf>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PAIVA, Mariana Silva de. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural e os desafios para a sua efetivação no Escritório Local da EMATER em Muriaé-MG**. Viçosa, 2012. Disponível em: <https://extensao-rural.ufv.br/wp-content/uploads/2013/09/Mariana-Silva-de-Paiva.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PARÁ. **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER)**. PROATER – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br/proater>. Acesso em: 2 jul. 2025.

PARÁ. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER. Relatório de Gestão 2022. Belém: EMATER-PARÁ, 2023. Disponível em: <https://www.emater.pa.gov.br>. Acesso em: 8 jun. 2025.

PETERSEN, Paulo; MUSSOI, Eros Marion; DAL SOGLIO, Fábio K. Institutionalization of the agroecological approach in Brazil: advances and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 103–114, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/10440046.2012.735632> .

PREFEITURA DE CURITIBA. Concurso, Processo Seletivo Público e PSS. Guia de Serviços. Curitiba, PR: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2025. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/concurso-processo-seletivo-publico-e-pss/145>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PIRAUX, Marc; SOMBRA, Doriane; SIMÕES, Adriano. A diversidade socioespacial do Território Baixo Tocantins e impactos na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 25, p. 179-200, 2014.

QUEIROZ, C. C. Rudimentos da História do Trabalho Social da Extensão Rural em Goiás. In: PEREIRA, A. (Org.). **Agricultura de Goiás: Análise e Dinâmica**. Goiânia, UCG, 2004. p. 957.

REDES RURAIS. **A desestruturação da política de ATER no governo Bolsonaro**. 2023. Disponível em: <https://redesrurais.org.br/artigos/artigo-1ad38e301c2efcef2c8df552d601ff1d28486591-arquivo.pdf> . Acesso em: 5 jun. 2025.

ROSSET, Peter M.; ALTIERI, Miguel A. Agroecology versus input substitution: a fundamental contradiction of sustainable agriculture. **Society & Natural Resources**, v. 10, n. 3, p. 283–295, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1080/08941929709381027> . Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/249015650\\_Agroecology\\_versus\\_input\\_substitution\\_A\\_fundamental\\_contradiction\\_of\\_sustainable\\_agriculture](https://www.researchgate.net/publication/249015650_Agroecology_versus_input_substitution_A_fundamental_contradiction_of_sustainable_agriculture). Acesso em: 22 nov. 2024.

SÁ, Vinicius Claudino de; CHIES, Jacir João. Os técnicos de Ates por contrato. In: DIESEL, Vivien; NEUMANN, Pedro Selvino; SÁ, Vinicius Claudino de (org.). **Extensão rural no contexto de pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos de reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 189–202.

- SCHNEIDER, Sergio. A construção da categoria agricultura familiar no Brasil: limites e possibilidades. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 71–90, 2003.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade no Brasil: estratégias de reprodução social e dinâmica territorial**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SHIVA, Vandana. **A violência da Revolução Verde: agricultura, ecologia e política no terceiro mundo**. São Paulo: Editora Gaia, 2003.
- SILVA, Aline Oliveira da. O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e sua importância para a inclusão produtiva rural. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, São Luís, v. 8, n. 1, p. 145–160, 2020.
- SILVA, Alessandra Maria da; PONCIANO, Niraldo José; SOUZA, Paulo Marcelo de; CEZAR, Lilian Sagio. Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 58, n. 1, abr. 2020. DOI: 10.1590/1806-9479.2020.187845
- SILVA, Kessy Rizental da; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de. Assistência técnica e extensão rural no Vale do Ribeira paranaense. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 103–124, 2019. DOI: 10.7867/2317-5443.2018v6n2p103-124. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/6499>. Acesso em: 23 set. 2025.
- SILVA, Francelino da. Assistência técnica e extensão rural: desafios e perspectivas para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 2, p. 45-62, 2010.
- SILVA, Luis Mauro Santos; SOUSA, Romier da Paixão; ASSIS, William Santos. A educação superior e a perspectiva agroecológica: avanços e limites dos Núcleos de Agroecologia das IES no Brasil. **Redes**, Santa Maria, v. 22, n. 2, p. 250–274, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6354673.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- SILVA, Paulo Rogério da; BIANCHINI, Zenilde Durli. A formação de extensionistas rurais a partir da relação teoria e prática em cursos de ciências agrárias. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 4, p. 246–265, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/PSfk6nJHjc9s4TNfJ5VpdLF/>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- SILVA FILHO, Cândido Ferreira. **Tecnologia da informação e gestão do conhecimento**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2005.
- SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 571-594.
- SIMÕES, Michele da Rosa Scholant. A importância da assistência técnica e extensão rural a produtores de base familiar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 2, p. 1058–1076, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4003/1557>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SOUZA, C. B.; CAUME, D. J. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais Rio Branco**: [s.n.], 2008.

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos à sua consolidação na conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 70–92, jan./jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratos-2017.v20i1.234>. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/234/230>. Acesso em: 3 nov. 2024.

THOMSON, Carolina Rios; BORSATTO, Ricardo Serra; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Precarização do trabalho na extensão terceirizada: uma análise das chamadas públicas de assistência técnica e extensão rural (ATER) no estado de São Paulo. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 28, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/64910>. Acesso em: 22 fev. 2025.

VALADARES, Alexandre Arbex; SILVA, Ana Paula Moreira da; ALVES, Fabio; GALIZA, Marcelo; LIMA, Sandra Aparecida Kitakawa; OLIVEIRA, Tiago. **Desenvolvimento rural. Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, Brasília, n. 25, p. 319–364, 2018.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **O desenvolvimento da agricultura do Brasil e o papel das instituições de pesquisa e extensão**. Brasília, DF: Ipea, 2016.

VILELA, Marco Antônio Ferreira; BRUM SOARES, Zuleide Aparecida; WAGNER, Erika. Pesquisa, transferência de tecnologia e desenvolvimento do Cerrado. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, 2019. p. 171-192.

WEID, Marcio. Construção e desconstrução de políticas públicas de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: a experiência brasileira. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: experiências brasileiras**. Brasília: IICA, 2011. p. 185–210.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EXTENSIONISTAS DA EMATER-  
PA REGIONAL TOCANTINS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO  
CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

FORMULÁRIO

1 Dados pessoais

- 1.1 Nome: \_\_\_\_\_
- 1.2 Sexo M ( ) F ( )                      1.3 Idade: \_\_\_\_\_ anos
- 1.4 Estado civil: \_\_\_\_\_                      1.5 Cor/raça: \_\_\_\_\_
- 1.6 Cidade onde reside? \_\_\_\_\_
- 1.7 Cidade e estado de nascimento: \_\_\_\_\_
- 1.8 E-mail: \_\_\_\_\_                      1.9 Telefone: ( ) \_\_\_\_\_

2 Formação Educacional

- 2.1 Qual a sua formação?
- ( ) Técnico - Curso \_\_\_\_\_ Ano de conclusão: \_\_\_\_\_
- ( ) Superior - Curso \_\_\_\_\_ Ano de conclusão: \_\_\_\_\_
- 2.1.2 Onde cursou? \_\_\_\_\_
- 2.2 Possui especialização ou pós-graduação? ( ) Não ( ) Sim
- 2.2.1 Se sim, qual? ( ) especialização ( ) mestrado ( ) doutorado
- 2.2.2 Em qual área? Nome do curso: \_\_\_\_\_
- 2.3 Possui alguma formação em Agroecologia ou áreas afins? ( ) Não. ( ) Sim.
- 2.3.1 Se sim, qual? \_\_\_\_\_
- 2.3.2 Fez onde? \_\_\_\_\_
- 2.3.3 Quando concluiu (ano)? \_\_\_\_\_ 2.3.4 Qual a carga horária? \_\_\_\_\_

3 Atuação profissional

- 3.1 Há quanto tempo trabalha na EMATER? \_\_\_\_\_ ano(s). Ano de entrada: \_\_\_\_\_
- 3.2 Você é concursado/a ou entrou na EMATER por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS)? \_\_\_\_\_
- 3.3 Antes de trabalhar na EMATER já atuava na assistência técnica e extensão rural?  
( ) Não ( ) Sim. 3.3.1 Se sim, onde atuou e durante quanto tempo? (relatar experiências).  
\_\_\_\_\_

---



---



---

3.4 Você recebeu treinamento, curso e/ou capacitação quando entrou na EMATER para atuar como extensionista? ( ) Não ( ) Sim. 3.4.1 Se sim, qual tipo de treinamento? Qual a carga horária? Quando e onde fez?

---



---



---

3.5 Atualmente você trabalha na área de: ( ) direção/gestão ( ) administração  
( ) ATER em campo ( ) Outra: \_\_\_\_\_

3.6 A sua atuação profissional, enquanto extensionista ocorre, predominantemente, por meio de? Marcar, de 1 a 5, por ordem de atividades mais realizadas, sendo 1 as atividades menos realizadas e 5 as atividades mais realizadas.

( ) Elaboração e acompanhamento de projetos PRONAF Agroecologia para crédito rural e financiamento a agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, povos e comunidades tradicionais; OBS.: \_\_\_\_\_

( ) Capacitação de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, produtores rurais etc.; OBS.: \_\_\_\_\_

( ) Emissão de Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) para as categorias contempladas; OBS.: \_\_\_\_\_

( ) Aplicação de ferramentas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP)? OBS.: \_\_\_\_\_

( ) ATER para criação animal (bovinocultura, avicultura, aquicultura, por exemplo); OBS.: \_\_\_\_\_

( ) ATER para produção agroextrativista (açai, mandioca etc.), análise de solos; OBS.: \_\_\_\_\_

( ) ATER para a regularização de empreendimentos agroindustriais e coletivos (associações, cooperativas) da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais; OBS.: \_\_\_\_\_

( ) Elaboração e execução de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas e/ou Alteradas (PRADA) OBS.: \_\_\_\_\_

( ) Visitas técnicas periódicas para diagnóstico e plano produtivo de propriedades rurais e/ou elaboração de Cadastros Ambientais Rurais (CARs); OBS.: \_\_\_\_\_

( ) Outras atividades: \_\_\_\_\_

---

3.7 Existem metas de atendimentos semanais, mensais e anuais? ( ) Não ( ) Sim. 3.7.1 Se sim, quais são? Que estratégias são adotadas para cumpri-las? Essas estratégias são adequadas e têm sido suficientes para dar conta da demanda?

---

---

---

---

---

3.8 Atualmente, qual (ou quais) tem sido o(s) principal(is) foco(s) de atuação da EMATER? Para que tipo de atividade(s)/projeto(s)? Para que público(s)?

---

---

---

3.9 Você participa de alguma(s) Rede(s) de ATER e/ou de extensionistas? ( ) Não

- ( ) Sim. 3.8.1 Se sim, qual(is)? Nomear ( ) Local \_\_\_\_\_
- ( ) Territorial \_\_\_\_\_ ( ) Estadual \_\_\_\_\_
- ( ) Federal \_\_\_\_\_

4 ATER pública e sua relação com a Agroecologia, e/ou práticas agroecológicas, e/ou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) no Território Baixo Tocantins (municípios de abrangência da EMATER Regional Tocantins)

4.1 Em sua opinião as mudanças tecnológicas (uso de maquinários, agrotóxicos, fertilizantes químicos, melhoramento genético de espécies etc.) que ocorreram na agricultura e agropecuária tiveram a participação e a influência da ATER pública no Brasil? Justifique.

---

---

---

---

4.2 Essas mudanças ocorreram ou estão ocorrendo na sua região de atuação enquanto extensionista? ( ) Não. 4.2.1 Se não, gostaria que ocorressem? E quais dessas mudanças? Por quê? Justifique. \_\_\_\_\_

---

---

---

---

4.2.2 ( ) Sim. Se sim, que consequências (positivas e/ou negativas) elas têm gerado? 4.2.3 A EMATER teve algum papel ou influência para que elas ocorressem? Detalhe.

---

---

---

---

4.3 Quais ações/atividades/estratégias/planejamentos são feitos para que a prestação dos serviços de ATER ofertados pela instituição cumpram o que é estabelecido na missão e nos valores da EMATER - PA? Detalhe.

---

---

---

---

4.4 A ATER pública (EMATER e seus técnicos) do Baixo Tocantins tem contribuído para a elaboração e/ou implantação de políticas públicas relacionadas à agroecologia nos municípios do território? Problematize/explique sua resposta, cite exemplos.

---

---

---

---

---

4.5 Acredita que a atuação dos/as técnicos/as extensionistas da instituição está alinhada à agroecologia e à práticas agrícolas de produção sustentável? Problematize/explique sua resposta. \_\_\_\_\_

---

---

---

4.6 Na sua atuação, como você relaciona os temas extensão rural, assistência técnica e agroecologia? Explique. \_\_\_\_\_

---

---

---

---

4.7 Qual a sua opinião sobre o resgate do conhecimento local e/ou a troca de saberes na extensão rural? Problematize/explique sua resposta. \_\_\_\_\_

---

---

---

4.8 Qual a sua opinião sobre o uso de metodologias e ferramentas participativas (ouvir o público e suas demandas) na extensão rural? Problematize/explique sua resposta.

---

---

---

4.9 Levando em conta os públicos, os municípios e as distintas realidades do Baixo Tocantins que você atende, avalia que é possível praticar uma agricultura sustentável de base agroecológica, sem o uso de agroquímicos? Problematize/explique sua resposta.

---



---



---

4.10 Você conhece a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)?

( ) Não ( ) Em parte ( ) Sim.

4.10.1 Se respondeu “em parte” ou “sim”, você percebe alguma relação entre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a PNAPO? Explique.

---



---



---

4.10.2 Se respondeu “em parte” ou “sim”, percebe se a EMATER tem atuado levando em consideração a relação entre essas duas políticas? Explique.

---



---



---

4.10.3 Se respondeu “em parte” ou “sim”, você, enquanto extensionista, como tem atuado levado em consideração a relação entre essas duas políticas? Explique.

---



---



---

4.10.4 Se atua levando em consideração a relação entre a PNATER e a PNAPO, percebe a adoção de práticas de produção agroecológicas e mudanças na segurança alimentar e nutricional nas famílias e comunidades rurais que atende nos municípios do Baixo Tocantins? Se sim, quais? Relate.

---



---



---

4.11 Quais os princípios e objetivos da PNATER você procura seguir no dia-a-dia na sua atuação como extensionista? Cite exemplos.

---



---



---

4.12 Você conhece o PRONAF Agroecologia? ( ) Não ( ) Sim.

4.12.1 Se sim, enquanto extensionista, já elaborou projetos e/ou indicou essa linha de crédito para o público que atende? Qual a média de projetos (2023/2024) que elaborou para essa linha (e para as demais linhas – Indicar quais)? Detalhe.

---



---



---

---



---

4.13 A EMATER desenvolveu ou apoia atualmente projetos dentro da linha do PRONAF Agroecologia? ( ) Não ( ) Sim.

4.13.1 Se sim, quais são os principais resultados e desafios observados nesses projetos? \_\_\_\_\_

---



---



---

4.14 Em relação à missão institucional da EMATER, que coloca a Agroecologia como um de seus pilares, como essa abordagem tem sido incorporada nas práticas e no apoio à agricultura familiar?

4.14.1 Atualmente, quais são os projetos ou iniciativas em andamento que envolvem o estímulo a adoção da Agroecologia? \_\_\_\_\_

---



---



---



---

4.15 A EMATER contribui para a transição de sistemas de produção agrícolas convencionais para sistemas agroecológicos? ( ) Não. ( ) Sim.

4.15.1 Se sim, quais são as principais tecnologias e/ou práticas agroecológicas incentivadas pela instituição? \_\_\_\_\_

---



---



---

4.16 Quais são as ações da EMATER para apoiar o desenvolvimento de agroindústrias de baixo impacto e pequeno porte da agricultura familiar e povos tradicionais nos municípios? 4.16.1 Há algum projeto específico voltado para o fortalecimento agroindustrial de pequenos produtores?

---



---



---



---



---

4.17 Na sua opinião, quais os maiores desafios para trabalhar a agroecologia na extensão rural?

---



---



---

4.18 Como a ATER pública (EMATER e seus técnicos) no Baixo Tocantins pode(m) contribuir para que agricultores familiares e demais categorias atendidas pela EMATER adotem sistemas de produção e práticas agrícolas e agroextrativistas mais sustentáveis, diminuam a dependência

e o uso de insumos externos e agroquímicos e fortaleçam a segurança alimentar e nutricional e a renda de suas famílias?

---



---



---



---

4.19 A EMATER Regional e/ou Estadual promoveu ou promove formações relacionadas a reciclagem profissional, atualização das perspectivas de atuação em relação a ATER pública e a Agroecologia? ( ) Não. ( ) Sim.

4.19.1 Se sim, com que periodicidade? Cite exemplos das formações (temas, carga horária, quando foram realizados) e se conseguiram colocar os conteúdos em prática (e como?).

---



---



---



---



---



---

## 5 Perspectivas e Desafios para a atuação da ATER pública no Baixo Tocantins

5.1 Para você, há diferença entre Assistência Técnica e Extensão Rural? ( ) Não. Se não, explique. \_\_\_\_\_

---



---

( ) Sim. 5.1.1 Se sim, qual(is) seria(m) essa(s) diferença(s)? Relate. \_\_\_\_\_

---



---



---

5.1.2 Se sim, interpreta que a EMATER tem priorizado qual dessas na sua atuação? Isso tem sido positivo ou negativo? Relate. \_\_\_\_\_

---



---



---

5.2 A EMATER (Regional Tocantins e escritórios locais dos seus municípios) têm quantitativo de profissionais e recursos financeiros para desenvolver ATER de forma efetiva e com qualidade na região/municípios? Problematize. \_\_\_\_\_

---



---



---

5.3 De maneira geral, quais os desafios em trabalhar na e com a ATER pública no Baixo Tocantins (municípios de abrangência da Regional)? \_\_\_\_\_

---

---

---

5.4 Em sua opinião, como a ATER pública pode ser potencializada como uma ferramenta para o desenvolvimento Rural Sustentável nos municípios atendidos pela Regional Tocantins? Justifique. \_\_\_\_\_

---

---

---

5.5 Que políticas públicas, ações e projetos interpreta como fundamentais para o desenvolvimento e para melhorias das condições de vida e de produção da agricultura familiar e das demais categorias atendidas pela EMATER na região? \_\_\_\_\_

---

---

---

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGENS E GRAVAÇÃO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS  
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGENS E GRAVAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado provisoriamente “Agroecologia na extensão rural pública: uma pesquisa sobre a atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Pará (EMATER) - Regional Tocantins”, desenvolvido pelas alunas do curso de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Federal do Pará, Campus Abaetetuba, Fernanda da Conceição Soares (matrícula: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, endereço: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_) e Thaianes Reis Carvalho (matrícula: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, endereço: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_). Fui informado(a) que a pesquisa é orientada pela Professora Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro, a quem também poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail: \_\_\_\_\_). Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais buscará “compreender se e de que modo o termo Agroecologia e as práticas agroecológicas são incorporados na atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PARÁ) - Regional Tocantins e de seus/suas extensionistas”. Minha colaboração se fará por meio de entrevista, que será realizada a partir de um questionário semiestruturado, gravada (em áudio) e registrada (em fotografias), a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelas estudantes pesquisadoras e sua orientadora. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo das pesquisadoras ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. As informações e resultados da pesquisa serão publicados no TCC e em futuras publicações, artigos em revistas e/ou eventos científicos, todavia sua identidade será invariavelmente mantida em sigilo, assegurando o seu anonimato e a confidencialidade da pesquisa.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e de autorização de uso de imagens e gravação.

Abaetetuba - PA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Orientadora